

Jornal da Unicamp

Campinas, 27 de outubro a 2 de novembro de 2003 – ANO XVII – Nº 235 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Foto: Jefferson Bernardes/ Agência Folha

Avaliação:
José Dias explica
seu projeto
Páginas 6 e 7

No eixo da guerra dos transgênicos

Produtor gaúcho mostra sementes de soja transgênica

O pesquisador **Silvio Valle**, da Fundação Oswaldo Cruz, afirmou que a introdução da soja transgênica no Brasil é um ato de bioterrorismo que interessa aos dois maiores produtores do mundo: a Argentina, de onde são contrabandeadas as sementes, e os Estados Unidos. Para o especialista, a desinformação só ajuda a consolidar o produto no país, e a comunidade científica vem sendo usada como "massa de manobra" por grupos que são contrários e favoráveis à introdução da soja transgênica. A presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBiõ), **Leila Oda**, concorda com Valle. "Atualmente, estamos muito suscetíveis a um ataque desse tipo". Os pesquisadores participaram, no último dia 22, do simpósio "Biossegurança, Transgênicos e Ambiente", promovido pelo Instituto de Biologia da Unicamp. **Página 3**

Gel libera droga vasodilatadora

Pesquisadores do Instituto de Química da Unicamp (IQ) desenvolveram um gel que libera substância vasodilatadora no organismo. Os estudos desenvolvidos pelos cientistas já renderam sete pedidos de patentes e abrem perspectivas para o tratamento da hipertensão arterial, da arteriosclerose e de outras doenças. **Página 5**

Curso da Unicamp é destaque na Unctad

Discurso feito em Genebra pelo embaixador **Rubens Ricúpero**, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), destaca a importância do curso de Especialização em Diplomacia Econômica implantado pela Unicamp. **Página 9**

Foto: Antoninho Perri



A excelência do Hospital de Sumaré

Certificação de órgão credenciado pelo Ministério da Saúde coloca o Hospital Estadual Sumaré (à esq., a UTI neonatal), administrado pela Unicamp, entre os melhores do país. **Página 4**



Diário de Lisboa

EDGAR DE DECCA

Especial para o Jornal da Unicamp

A semana começou agitada nas universidades portuguesas. Os estudantes deram início a uma greve nacional contra o aumento das propinas (pagamento das taxas anuais da universidade pública), que teve um acréscimo nominal de 56,8%, em uma inflação anual de 2%. As taxas cobradas pelas universidades públicas variam de curso para curso e, tomando-se por base a menor propina, 463 euros, a arrecadação total estará em torno de 158,6 milhões de euros. Entretanto, há de se levar em consideração que a maioria dos cursos já arrecada propinas superiores ao piso mínimo. De acordo com estas estimativas, estarão ingressando nos cursos superiores das universidades e dos institutos públicos portugueses em 2003 algo em torno de 352 mil estudantes, número muito significativo, se levarmos em conta que há dez anos entravam para o ensino público superior apenas 40 mil. Além do aumento das propinas, a ministra da Educação já informou que os gastos por estudante terão um acréscimo de apenas 0,8%, que, subtraídos da taxa de inflação, representará uma diminuição de 1,2% nos gastos por estudante.

Para termos uma noção mais clara deste problema, precisamos considerar que as propinas não fazem parte do orçamento do Ministério da Educação para o ensino superior, mas são parte substancial dos fundos de gestão das universidades públicas. A crítica dos estudantes pode ser avaliada de modo muito claro. Até 2002, as propinas das universidades públicas estavam indexadas ao salário mínimo em Portugal (356 euros), e agora, com a desindexação, o aumento pretendido pressiona, principalmente, a vida dos estudantes mais carentes, na medida em que também não cresce de modo proporcional o número de bolsas de estudo oferecidas pelo Ministério da Educação.

Enfim, estamos tendo uma semana bastante agitada, com mobilização estudantil em todos os prédios da Universidade de Lisboa. De acordo com o jornal *Última Hora*, "cerca de 90% dos estudantes da capital aderiram ao protesto nacional, segundo dados de 14 associações estudantis da capital. Os estudantes exigem a revogação da lei do financiamento e contestam a redução do peso dos alunos nos órgãos das universidades, assim como o regime de prescrições. Em pelo menos três escolas – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – os portões foram fechados a cadeado."

Não vivia esta experiência havia muito tempo! Entretanto, foi muito instrutiva. Aproveitando-se da arquitetura dos prédios (na maioria deles há apenas algumas portas de acesso), os estudantes passaram cadeados nas portas de todos eles e ninguém conseguiu entrar para as aulas no dia de ontem (21 de outubro). Todos nós ficamos, literalmente, para fora dos prédios, incluindo professores e estu-



Músico romeno nas escadarias do Elevador de Santa Justa, na Rua do Ouro, situada na região lisboeta da Baixa Pombalina

dantes. Com a presença de dezenas de pessoas em volta dos prédios, os estudantes improvisaram salas de estudo ao ar livre, aproveitando o belíssimo dia de outono em Lisboa.

A novidade da greve ficou, sem dúvida, por conta dos cadeados. O movimento estudantil mostrou capacidade de articulação, com adesão quase completa de todas as universidades públicas do país, e durou apenas um dia. A criatividade e a ação direta marcaram as manifestações pacíficas de 21 de outubro. Com certeza, elas irão pesar nas negociações futuras com as reitorias e o Ministério da Educação. Há tempos não presenciava um movimento estudantil de adesão nacional, sem os desgastes das greves por tempo indeterminado.



A agitação estudantil me manteve distante das pesquisas em torno da tese de mestrado inédita de Sérgio Buarque de Holanda. De certo modo, isto me fez tomar alguma distância do texto e apreciá-lo com outros olhos. Apesar de se tratar de um texto inédito, às vezes me vejo

indo além do conteúdo da tese. Para mim, isto tem sido muito estimulante e acho que, mesmo estando em Lisboa por outros motivos, novos horizontes foram abertos.

Instigou-me nestas duas semanas perceber a cidade de Lisboa como um anfiteatro, com as suas sete colinas. Metaforicamente, seria ela um anfiteatro de onde podemos apreender todo o passado, que construiu Portugal e também nossa identidade. A idéia de um anfiteatro da história permitiu-me a liberdade de criação de um outro conceito para a compreensão da história. O conceito de *encenação do imaginário*. Terei algum tempo para desenvolvê-lo, mas posso adiantar que ele tem afinidades com o contextualismo de Quentin Skinner e também com o jogo de escalas das análises da micro história italiana. O conceito de *encenação do imaginário* tornou-se apropriado para minha percepção da teatralização e da ritualização sociais necessárias para a construção dos mitos e dos enredos literários que comandaram os descobrimentos portugueses.

Este conceito não fui encontrar na

tese de Sérgio Buarque; quando muito, a tese indicia a elaboração do conceito. Tem sido a minha vivência na cidade de Lisboa que, de muitas maneiras, me coloca em um anfiteatro que permite assistir ao espetáculo de encenação do imaginário dos achamentos portugueses. Esta encenação tem também afinidades com os estudos antropológicos e, neste sentido, os estudos da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos podem abrir caminho para a percepção da unidade semântica entre as ritualizações sociais e os mitos de um determinado período.

Tenho a sensação de que aos poucos vou me distanciando de Sérgio Buarque e adquirindo outros elementos para a pesquisa histórica, aproximando-me mais dos textos de alguns autores humanistas portugueses, como Damião de Góis e João de Barros, este último, nas palavras do crítico literário Eduardo Lourenço, um precursor do universo imaginário de Cervantes.



Na semana passada, comentei a

presença marcante da imigração brasileira em Portugal. Volto de novo ao tema. Lembrei-me, na verdade, de minha época de graduação na Universidade de São Paulo, nos anos do pós-68, quando o sonho de muitos estudantes era o de emigrar para Paris, trabalhar lavando pratos em restaurantes e fazer pós-graduação na Sorbonne. Quem sabe, até, virar um intelectual de renome.

Com as portas sendo fechadas no Brasil do AI-5, muitos estudantes seguiram este caminho, nem sempre pela via direta da emigração, mas muitos foram levados à Europa na condição de exilados políticos. Caminhos tortuosos, que se repetem com outras sutilezas nos dias de hoje. Desde que cheguei em Lisboa, tenho me surpreendido com o número de jovens brasileiros que emigraram para Portugal com a expectativa de conquistar a Europa a partir deste país.

Não me refiro aos jovens trabalhadores que serão contratados na construção civil ou como empregados domésticos. Refiro-me aos jovens de classe média, com curso secundário e às vezes até com o curso superior completo, que chegam em Portugal com a expectativa de alçar vôo em direção aos países mais ricos da Europa. Para estes jovens, os empregos em restaurantes são os mais atrativos. Ao invés da Sorbonne, frequentam escolas noturnas de línguas que têm nomes pomposos como Cambridge, Harvard etc. Seus desejos são os de adquirir conhecimentos das línguas inglesa, alemã ou francesa e ficar a residir em Portugal até conseguir o passaporte europeu. Depois, com o passaporte da comunidade europeia nas mãos, emigrar para mais países ricos, como França, Inglaterra, Alemanha. Pelo visto, o sonho não acabou...

Mas como ocorreu em toda a década de 1960 e 1970, poucos jovens conseguiram, de fato, realizar o sonho de voar tão alto. Na maioria dos casos, o retorno ao Brasil ou a aceitação de uma vida mais simples e contudo mais segura em algum país europeu foi o encontro mais comum com a dura realidade. Voltaremos a este tema nas próximas semanas, porque são importantes as pesquisas sociológicas do ISCTE sobre a imigração em Portugal. A atualização das estatísticas, propiciada pelo novo regime legal das autorizações de permanência de 2001, veio dar maior visibilidade às mudanças que estão acontecendo na imigração, destacando-se, principalmente, o mais recente fluxo migratório do Leste Europeu e a enorme aceleração da imigração oriunda do Brasil. Esta é a avaliação preliminar de um estudo de Rui Pena Pires, publicado pela *Revista Sociologia: Problemas e Práticas*, do ISCTE, em 2002.

Historiador e professor do IFCH, Edgar Salvadori de Decca assumiu a cátedra Brasil-Portugal em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, em convênio firmado entre essa instituição e a Unicamp. A convite do Jornal da Unicamp, Decca aceitou o desafio de escrever semanalmente um relato de sua permanência na capital portuguesa.

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz.
Vice-reitor José Tadeu Jorge.
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Nêdo Cantanti e Dário Crispim. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Ilustração Félix. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcinéia B. de Souza, Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade J CPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assineju

Soja está no centro da guerra dos transgênicos



Plantação de soja transgênica na região noroeste do Rio Grande do Sul: para Silvio Valle, a comunidade científica tem sido usada como "massa de manobra"

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

A introdução das sementes de soja transgênica no Brasil, contrabandeadas da Argentina, configurou um ato de bioterrorismo contra o país. A acusação, em tom contundente, foi feita por Silvio Valle, pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que participou, no último dia 22 de outubro, do simpósio "Biossegurança, Transgênicos e Ambiente", promovido pelo Instituto de Biologia (IB) da Unicamp. De acordo com ele, o "atentado biológico" vai ao encontro dos interesses dos dois maiores produtores do mundo da soja geneticamente modificada, a saber: a própria Argentina (60% da produção nacional) e os Estados Unidos (70%). "Para essas nações, é muito conveniente essa introdução pirata e desordenada. Nós estamos nos transformando no país da soja ilegal. Eu não me surpreenderia se, daqui a alguns anos, os Estados Unidos anunciassem ao mundo que têm condições de vender a soja não-modificada", afirmou.

Na opinião de Valle, ninguém sabe ao certo, a esta altura, onde há ou não soja transgênica no Brasil. Essa confusão, diz, favorece a consolidação do produto no País, sob as vistas grossas tanto das autoridades quanto da comunidade científica. O pesquisador da Fiocruz afirmou que ainda não há estudos suficientes no mundo – e muito menos no País –, sobre os impactos que os organismos geneticamente modificados (OGM's), inclusive a soja, podem provocar na a saúde e no meio ambiente. Segundo ele, 98% da soja e 98% do milho transgênicos produzidos no mundo são usados na composição da ração animal. "Ora, se eles ainda não estão sendo consumidos em larga escala pelas pessoas, como é que alguém pode dizer que não causam qualquer mal para elas?", questionou.

Para o especialista, a comunidade científica tem sido usada como "massa de manobra" pelos grupos que são contra ou a favor da adoção da soja transgênica pelo Brasil. Valle afirmou que não cabe aos cientistas assumir posições ideológicas ou mesmo emocionais em relação ao assunto. "Os pesquisadores deveriam se ater à



Foto: Antoninho Perri

Especialista da Fiocruz diz que "atentado biológico" interessa aos dois maiores produtores mundiais, EUA e Argentina

Leila Oda, presidente da Associação Nacional de Biossegurança: "As discussões têm sido muito emocionais"

questão meramente técnica, de modo a apontar as vantagens e riscos de uma ou outra decisão. A palavra final, nesse caso, tem de ser da sociedade", analisou. Indagado se a população está sendo devidamente informada sobre o tema, para que possa se definir, o pesquisador da Fiocruz respondeu que não.

De acordo com ele, as pessoas têm sido bombardeadas praticamente todos os dias por informações dirigidas e, não raro, desnecessárias. "A sociedade já deu sinais claros de que os dados lançados até aqui não foram suficientes para dissipar as suas dúvidas. A comunidade científica, por exemplo, tem falado muito sobre o que ela sabe a respeito de OGM's, mas pouco sobre o que não sabe. E, nesse campo, é preciso que deixemos de ser prepotentes. É necessário dizer para a população que nós conhecemos

10% sobre o tema e desconhecemos os outros 90%", revelou. "Não dá simplesmente pra falar: foi testado e, portanto, pode ser liberado", insistiu.

Antes de propor para os brasileiros a adoção ou não da soja ou de outros organismos geneticamente modificados, advertiu Valle, é preciso promover um estudo de impacto ambiental que leve em conta as especificidades do País. Paralelamente, é indispensável a realização de testes de segurança alimentar, para a identificação de eventuais substâncias alergênicas no produto obtido a partir da planta transgênica. Também se faz necessário promover um controle pós-alimentação, para verificar possíveis reações deletérias. "A desinformação das pessoas é tanta, que elas não sabem que o óleo feito da soja geneticamente modificada não é um alimento transgênico.

Ele não tem o DNA e nem as proteínas transgênicas da planta, pois passa por um processo de purificação. Mas isso, por si só, não assegura que esse OGM não ofereça riscos", explica.

Retornando aos interesses que cercam a introdução desordenada da soja transgênica no Brasil, o pesquisador da Fiocruz destacou que a biossegurança é apenas um aspecto a ser levado em conta no debate sobre a liberação ou não do alimento para a comercialização. Também devem ser consideradas as questões social e econômica. O argumento de que a soja transgênica é muito mais vantajosa do ponto de vista econômico e ambiental do que a convencional, pois é mais resistente a pragas e, portanto, exige a aplicação de menores quantidades de agrotóxicos, não convence Valle.

E ele explica o motivo do seu ceticismo: "No mercado internacional, a soja transgênica tem um custo aproximado de US\$ 150 a tonelada, e é usada basicamente para a produção de ração animal. Já a proteína da soja convencional, utilizada na fabricação de embutidos, vale US\$ 500 a tonelada. Por fim, a soja não-modificada destinada para fins fitoterápicos alcança o preço de US\$ 10 mil a tonelada. É por isso que eu digo que não me surpreenderia se, no futuro, os Estados Unidos anunciassem que, entre os maiores produtores mundiais do grão, apenas ele é capaz de vender a soja convencional".

China – A presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), Leila Oda, que também participou do simpósio organizado pelo IB, afir-

mou que a entidade enviou um documento chamando a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a necessidade da formulação de um plano de prevenção e combate ao bioterrorismo no Brasil. "Atualmente, nós estamos muito suscetíveis a um ataque desse tipo", afirmou. Ela concordou com o pesquisador da Fiocruz, no que diz respeito à desinformação da população sobre os OGM's. "As discussões têm sido muito emocionais e poucos esclarecedoras", disse.

Um exemplo da confusão gerada na sociedade, afirmou, diz respeito à rotulagem dos alimentos produzidos a partir de plantas transgênicas. O rótulo, conforme a presidente da ANBio, não tem a função de alertar o consumidor sobre os possíveis riscos daquele produto. "Se o alimento estiver liberado para comercialização, é sinal de que foi aprovado em todos os quesitos e é tão seguro quanto qualquer outro. O rótulo serve apenas para dar ciência ao consumidor de que o alimento teve como base um organismo geneticamente modificado. A pessoa vai optar ou não pela compra a partir de princípios religiosos ou ideológicos, mas não por causa da segurança", esclareceu.

Em relação à adoção dos transgênicos para a produção em escala, Leila tem um posicionamento diferente da do seu colega da Fiocruz. De acordo com ela, se os agricultores de diversos países estão plantando cada vez mais sementes de OGM's, isso é um sinal de que elas são vantajosas economicamente. "Afinal, eles visam o lucro", ponderou. Do ponto de vista ambiental, os transgênicos também estariam se mostrando benéficos, na opinião da especialista. Para sustentar seu argumento, ela cita a China, país no qual a agricultura familiar é muito importante.

Lá, disse, os camponeses estarão aderindo de forma gradativa aos transgênicos, sobretudo o algodão. "Anteriormente, essas pessoas tinham sérios problemas de intoxicação, em razão dos defensivos agrícolas aplicados nas plantações. Com o advento do algodão transgênico, que é mais resistente às pragas, houve uma queda significativa do uso desses produtos químicos. Resultado: o nível de intoxicação dos produtores rurais foi reduzido em até oito vezes", assegurou.

Outras implicações

Nos dois dias subsequentes ao simpósio realizado pelo IB, a Alphabio Consultoria e Projetos em Ciências Biológicas, empresa júnior do mesmo instituto, promoveu o "I Fórum Internacional de Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados". O evento, aberto pelo vice-reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, reuniu pesquisadores e representantes de empresas, movimentos sociais e do Congresso Nacional. O objetivo da iniciativa, conforme Simone Tsu-

neda, diretora-presidente da Alphabio, foi informar a sociedade a respeito dos vários aspectos que envolvem os transgênicos. "Nós nos propusemos a ir além da questão técnica. As implicações políticas, legislativas e sócio-econômicas também nortearam os debates", afirmou.

Simone também fez coro com os pesquisadores da Fiocruz e da ANBio, no que se refere à necessidade de um melhor esclarecimento da população sobre os OGM's. "Infelizmente, a comunidade científica tem

grande dificuldade de repassar os dados de maneira palatável para as pessoas de modo geral. Não é um bicho de sete cabeças", disse. A diretora da Alphabio considerou, porém, que ainda há muito o que se estudar sobre os organismos geneticamente modificados. "Temos que analisar tudo com muito cuidado. As pessoas precisam ter a segurança de que nenhum produto que faça mal à saúde será lançado aleatoriamente no mercado".

Hospital administrado pela Unicamp e mantido pelo governo do Estado vira referência no atendimento

Certificação coloca Hospital de Sumaré entre os melhores do país

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

O que faz com que um hospital público universitário dê certo num momento em que uma crise financeira atinge quase a totalidade das instituições do gênero no país? “Não dá para destacar apenas um fator, são diversos os motivos que podemos enumerar”, responde Lair Zambon, diretor do Hospital Estadual Sumaré (HES) que, recentemente, alcançou o certificado de Acreditação Plena nível 2, instituído pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), entidade credenciada pelo Ministério da Saúde. Esta certificação coloca a instituição em um padrão de excelência no atendimento entre os melhores do país, pois foi o primeiro hospital público a conseguir este nível de qualidade.

Filas são zeradas em cidades da região

No final do ano passado, o HES, mantido pela Secretaria de Estado da Saúde e administrado pela Unicamp, conquistou a certificação de nível 1. A expectativa, no momento, é conseguir a certificação nível 3. Segundo Zambon, perto de 50% das áreas já estão dentro dos critérios estabelecidos para alcançar a nova marca. O melhor dos prêmios, porém, é a influência positiva na área de saúde da região em que está localizado, afirma a gerente de qualidade, June Barreiras Freire. O hospital serve a uma região com pouco mais de 600 mil pessoas e presta assistência em nível secundário e terciário. Realiza em média, mensalmente, perto de 1.200 internações, quase mil cirurgias, aproximadamente seis mil consultas especializadas e 300 partos.



O médico Lair Zambon, diretor do Hospital Estadual Sumaré: “O hospital vem cumprindo o seu papel na regionalização da assistência hospitalar”



Fotos: Antoninho Perri

“Temos indicativos apontados pela diretora da Vigilância Epidemiológica de Sumaré, da redução do índice de mortalidade infantil, em 2002, que baixou de 13 para 10, após a instalação do HES”, ressalta June. Nos municípios de Santa Bárbara, Monte Mor e Nova Odessa outro indicativo do bom funcionamento do hospital é que a fila de esperanças nestas cidades, para cirurgias em diversas especialidades, foi zerada. “Todos esses indicadores nos trazem entusiasmo, pois significa que o hospital vem cumprindo o seu papel na regionalização da assistência hospitalar”, destaca Zambon.

O diretor revela que em primeiro lugar a condição de estar vinculado à Unicamp já é um quesito fundamental para justificar o padrão de assistência. “O ensino ganhou muito com a instalação do HES e também

o perfil de funcionários se consolidou com um quadro muito bom”, comemora. Ele acredita que hoje a estrutura do hospital é importante para a Faculdade de Ciências Médicas, que mantinha uma lacuna no ensino de casos secundário pleno e parte do terciário. O modelo de contrato de gestão que apresenta um funcionamento diferenciado merece destaque.

Outro aspecto importante e que tem reflexo direto na qualidade da assistência prestada pela instituição, foi o canal de interlocução criado com as secretarias de saúde dos municípios vizinhos. De acordo com June, são realizadas reuniões mensais com os secretários municipais de saúde, diretor da Diretoria Regional de Saúde (DIR XII) e direção do HES em que são decididos, por exemplo, o número de consultas, cirurgias e de outros procedimentos que cada ci-

dade poderá utilizar, o estabelecimento dos protocolos de encaminhamento e a relação dos principais problemas. Isto permite que os municípios se organizem melhor para prestar assistência médica local e atendam às normas da regionalização da assistência hospitalar.

Lógica de gestão – Caminhando pelos corredores largos com iluminação natural do HES, percebe-se o ambiente harmonioso. Na UTI Neonatal, por exemplo, as incubadoras com equipamentos ligados revela a razão de a unidade ser considerada uma das cinco melhores do país. Esses detalhes fazem parte de uma lógica inovadora de gestão do ponto de vista hospitalar. “Aqui cada funcionário sabe bem desempenhar suas funções e existe uma motivação para se enfrentar desafios”.

Esta filosofia acompanha o HES desde o seu nascimento, em 2000. Ele é gerido por contrato que pré-determina o número de procedimentos entre internações, cirurgias e outros, que serão feitos mensalmente. Se o hospital cumpre as metas direcionadas para as reais necessidades das demandas regionais, recebe a verba estimada para a sua manutenção. Zambon explica que a administração tem conseguido superar a meta em 25% do previsto. A verba, no entanto, não é alterada. Só recebe valor menor, o hospital que não cumpre o mínimo estimado. Dentro deste modelo de gestão, implantado somente no Estado de São Paulo, existem outros 14 hospitais.

A lógica de contratos de gestão foi idealizada nos moldes do projeto existente na Catalunha, Espanha. A verba alocada se divide em dois componentes. A primeira representa 90% do valor total e está relacionada com a produtividade. Os outros 10% são relacionados com indicadores de qualidade de assistência à saúde, entre eles, o índice de satisfação do usuário, as baixas taxas de infecção hospitalar, redução de cesáreas, agilização do atendimento e outros. Para gerenciar um hospital do tamanho do porte do HES são liberados recursos da ordem de R\$ 3,3 milhões. No ano de 2003, o orçamento foi de pouco mais de R\$ 39,7 milhões.

Embora celebre todos os certificados e a capacidade de inserção na região, Zambon não esconde a difícil tarefa que é administrar um hospital do porte do HES. Segundo ele, “este cenário vai contra a situação caótica da saúde em que se encontra o país”. O diretor do hospital acentua que há um limite estreito para manter a qualidade.

Cena viva de Renato Cohen desbravou fronteiras da vanguarda

REGINA POLO MÜLLER

Especial para o Jornal da Unicamp

Artista multimídia, pesquisador das mediações e dos novos suportes na cena, autor de experimentos radicais. Xamanismo e redes telemáticas, o corpo mediado na rede e as narrativas projetadas na NET. Arte e interatividade, performance e tecnologia. Estas são palavras-chave, às quais poderíamos acrescentar, ainda, linguagens híbridas, “cultura das bordas” e tecnoculturas, que talvez ajudem a definir o perfil do artista, pesquisador e professor Renato Cohen, falecido no último dia 19, aos 47 anos.

Presentes em suas publicações, ementas de disciplinas e de linhas de pesquisa, em apresentações de obras artísticas e em catálogos de artistas contemporâneos brasileiros, elas podem, juntamente com os próprios veículos de sua produtividade, dar uma idéia de sua fértil e ousada carreira de artista vinculado à Universidade, desbravando fronteiras e avançando nos territórios de vanguarda. Descrever sua trajetória acadêmica pode contribuir mais um pouco, ainda, para deixarmos minimamente marcado o reconhecimento da vitalidade de sua atuação na renovação da pesquisa e no ensino de artes no ensino superior.

Autor de dois livros importantes no campo da pesquisa em artes cênicas contemporâneas, *Performance como linguagem* (1988/2003) e *Work in progress na cena contemporânea* (1998), ambos pela editora Perspectiva e, respectivamente, versões publicadas de sua dissertação de mestrado e da tese de doutorado, pela Universidade de São Paulo, Renato Cohen pertence à geração que encontrou no meio acadêmico o lugar da experimentação e da instauração do novo no mundo das Artes. Tal como se espera que se cumpra o destino das universidades, mas um lugar, neste caso, criado pela própria arte contemporânea, com a urgente necessidade, neste seu novo tempo, de se constituir intimamente conectada à ciência e tecnologia.

Formado, na graduação, em Engenharia



Cena de *Ka* (à dir.), peça baseada na obra homônima de Khlébnikov e dirigida por Cohen (à esq. e acima): irradiação da energia criativa



Fotos: Reprodução

de Produção (USP), Cohen se dedicou, na pós-graduação, aos estudos de teatro, fazendo, desde então, a opção por suas operações prediletas como pesquisador e artista: a radicalidade e mistura, a fusão e alquimia que permitem borrar fronteiras, justamente para avançá-las. Seu tema de pesquisa foi a performance, linguagem da cena teatral que surge no século 20, com vinculação com as artes plásticas.

Estes estudos, alocados inicialmente no campo interdisciplinar das teorias da arte, história da arte e direção teatral, se desdobram posteriormente, ao acrescentar o campo da interpretação teatral. Vê-se aqui, novamente, mistura ou “interstício”, emprestando-se mais uma de suas palavras, para nomear essa nova realidade em que criador e intérprete são o mesmo e que, como categorias separadas, já não dariam mais conta de nomear os personagens dos processos da criação cênica contemporânea.

Work in process: linguagens da criação, encenação e recepção na cena contemporânea, a tese de doutorado, é resultado de sua experiência acadêmica e artística. Daí em diante, estas explodiram em diversas interfaces, como o pós-doutorado na PUC-SP, nas áreas de Semiótica, Teoria da Comunicação e Teoria da Informação. Docente desta Universidade, desde 1998, coordena ainda o Núcleo de Estudos da Performance e em 2003, no Seminário de Estudos Avançados, ensina na

área de Tecnologias de Informação, na linha Tecnocultura, a disciplina “Artemídia-Estudo de Objetos Transmediáticos”.

Já na Unicamp, cujo vínculo se inicia em 1998, com sua atuação como diretor do espetáculo KA, exibido no Museu da Cidade, em Campinas, participa como docente, desde 1999, da reelaboração do curso de mestrado e proposta de doutorado em Artes do IA, na linha de pesquisa interdisciplinar “Arte e Mediação”, orientando trabalhos de criação em artes cênicas. Suas aulas, no mestrado, eram laboratórios de experimentação, chamados por ele de “Seminários artísticos”, perfil que leva também às sessões do GT “Territórios e Fronteiras”, sob sua coordenação, da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas (Abrace). Sua pesquisa articula as duas principais vertentes de sua obra, tratando da “Performance na Era da Tecnologia”.

Suas pesquisas teóricas e práticas receberam apoio institucional. Foi contemplado com a Bolsa Vitae, por duas vezes, com o projeto “Teatro e Novas Tecnologias”. Dirigindo os alunos do Departamento de Artes Cênicas da Unicamp, na criação e encenação de KA, baseado na obra de Vélimir Khlébnikov e os usuários do serviço de saúde mental em *DÉDALUS* (2000), com Sergio Penna e música de Wilson Sukorski, Renato Cohen misturava recursos tecnológicos,

hipertextos, ambientação e xamanismo.

Essa é a experiência artística que fundamenta seu percurso acadêmico. Sua produção inclui ainda instalações multimídia interativas, eventos de telepresença com acesso pela rede, ao lado de outras atividades como curadoria e seminários de mostras, através das quais exerce seu pensamento e reflexão teórica. Assim, organizou tematicamente a mostra realizada, em 2002, pelo TCT-Teatro do Centro da Terra, São Paulo, na qual se juntaram “pesquisas radicais em dança e teatro, que vão da Antropologia ao universo das hiper mídias”.

Nas suas próprias “experiências radicais”, como as performances interativas com uso do espaço computacional, conta com a parceria de Johannes Birringer (Ohio), autor da “sala tecnológica” que “recebe inputs em tempo real – em contraposição à sala instalação, remetida às artes plásticas”. Finalmente, o conceito de *environment* que Renato Cohen formulou como energia psíquica presente na performance e veículo de troca, poderia nos auxiliar a entender como xamanismo e redes telemáticas aparecem juntos no elenco das palavras-chave de sua obra. Tanto um como outro conectam pessoas, estabelecem redes de contato e convivência. É uma relação que se pode estabelecer na sua teoria, mas que soa, sobretudo, como seu desejo de conectar pessoas, mundos, idéias.

Para os colegas e alunos do Instituto de Artes da Unicamp que participaram de seu convívio, esta foi uma experiência que os conectou aos colegas e alunos de outras instituições de pesquisa e de ensino superior, uma das condições fundamentais para a consolidação da área de Artes na Universidade. Para além da experiência institucional, entretanto, as conexões que a convivência com Renato Cohen estabelecia diziam muito mais respeito ao fenômeno do encontro humano, afinal a matéria de que se constitui a atividade artística e a docência. Sua sensibilidade e afetividade faziam ser o centro de irradiação da energia criativa e educacional.

Regina Pólo Muller é professora do Instituto de Artes da Unicamp (IA)

Estudos multidisciplinares desenvolvidos por especialistas da Unicamp já renderam sete pedidos de patentes

Pesquisadores criam 'veículo' que conduz droga vasodilatadora

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

Metade das mortes registradas no mundo decorre de doenças coronarianas, segundo as autoridades de saúde. Diante da gravidade do problema, cientistas do mundo todo dedicam boa parte do seu tempo à formulação de drogas e métodos mais eficientes para o combate dessas enfermidades. O esforço conta com a colaboração de pesquisadores do Instituto de Química (IQ) da Unicamp, que nos últimos oito anos têm trabalhado no desenvolvimento de técnicas e biomateriais voltados ao tratamento da hipertensão arterial e da aterosclerose (ou arteriosclerose), baseados na liberação controlada de óxido nítrico (NO), uma substância sintetizada pelos mamíferos e que tem propriedades anti-inflamatórias, antiproliferativas e antitrombóticas. Os estudos conduzidos pelos especialistas da Universidade, que já geraram sete pedidos de patentes, estão abrindo perspectivas para o uso de novas tecnologias pela indústria farmacêutica, destinadas ao tratamento desses males.

Pesquisa envolve várias áreas

Embora os biomateriais doadores de NO estejam sendo preparados por químicos, a pesquisa é de natureza multidisciplinar, como destaca o professor Marcelo Ganzarolli de Oliveira, do Departamento de Físico-Química do IQ. Segundo ele, os estudos contam com a colaboração de especialistas de outras áreas da própria Unicamp, como o Instituto de Biologia (IB) e a Faculdade de Ciências Médicas (FCM), além do Instituto do Coração (InCor), hospital ligado à Universidade de São Paulo (USP). Ganzarolli conta que os trabalhos tiveram início em 1995, logo que ele retornou do seu pós-doutorado na Inglaterra.

Três anos depois, três cientistas dividiram o Prêmio Nobel por terem descoberto, no final da década de 80, que o NO, mais conhecido até então apenas como um poluente atmosférico, era a substância sintetizada endogenamente pelos mamíferos para o controle da pressão arterial. O episódio fez com que o interesse pelo assunto aumentasse em todo o mundo. Ganzarolli valeu-se desse impulso para iniciar uma linha de pesquisa baseada na síntese de moléculas doadoras de óxido nítrico, bem como na caracterização das suas propriedades químicas e fisiológicas. O objetivo era buscar uma alternativa aos comprimidos e adesivos transdérmicos que cumprem essa missão, mas que utilizam, por exemplo, a nitroglicerina como fonte exógena da substância. "A grande vantagem das moléculas doadoras que sintetizamos é que, por serem endógenas [estão presentes no sangue], elas não são tóxicas ao homem", explica.

Ganzarolli montou uma linha para sintetizar essas moléculas e, posteriormente, a atividade vasodilatadora das drogas foi confirmada em ensaios com animais, num trabalho em colaboração com o IB. Em outras palavras, os pesquisadores verificaram que os doadores de óxido nítrico sintetizados, reduziam a pressão arterial. O método de síntese e as formulações, que se mostraram eficazes, renderam três pedidos de patente em nome da Unicamp e receberam menções honrosas do Prêmio Governador do Estado, nas edições de 2001 e 2002. Além disso, um artigo publicado foi capa da revista "Nitric Oxide" também em 2002. A partir deste ano, o professor do IQ e sua equipe se impuseram um outro desafio: traba-



O professor Marcelo Ganzarolli de Oliveira, do IQ: linha de pesquisa diversificada



Ensaio promovido na Universidade de Edimburgo, na Escócia: vasodilatação local

lhar na formulação de um "veículo" que pudesse conduzir, de forma controlada, o óxido nítrico até locais específicos no organismo.

Os especialistas da Unicamp desenvolveram, então, um gel que tem como base um polímero, no qual o NO está incorporado. Ganzarolli esclarece que, assim que o material é aplicado, ele passa a liberar, através da pele, o óxido nítrico, que irá atingir posteriormente a corrente

sangüínea. Esse estudo contou com a colaboração do médico escocês Richard Weller. No ensaio promovido no departamento de dermatologia da Universidade de Edimburgo, na Escócia, com homens e mulheres saudáveis, a aluna de doutorado do IQ Amedea Barozzi Seabra, verificou que o gel contendo o NO provocava uma vasodilatação local.

"O experimento abriu boas perspectivas para o uso farmacológico

dessa formulação, pois ela possui um grande potencial de aplicação para o tratamento de infecções e feridas na pele, como a psoríase e as lesões produzidas pela leishmaniose cutânea, doença endêmica em países tropicais como o Brasil", afirma Ganzarolli. O trabalho permitiu, ainda, a continuidade das pesquisas, dessa vez direcionadas para o controle da aterosclerose, outra doença na qual os doadores de óxido nítrico podem ter uma ação terapêutica. A doença pode ser explicada como um processo imunoinflamatório. Ele se origina no espaço logo abaixo da primeira camada de células que reveste o interior de todos os vasos sanguíneos, o endotélio. É nesse ponto que as placas de aterosclerose se desenvolvem. O problema é especialmente grave quando afeta as artérias coronárias, que nutrem com sangue o músculo cardíaco.

A maior parte dos infartos ocorre quando a placa ateromatosa se rompe subitamente, disparando a formação de um coágulo que bloqueia o fluxo sangüíneo. Quando isso acontece, uma parte do coração deixa de ser irrigada. As conseqüências normalmente são graves, podendo levar à morte. Segundo Ganzarolli, entre as várias formas de tratamento desta doença, uma delas é uma técnica conhecida como angioplastia. O método consiste na introdução, através da artéria femoral, de um cateter contendo um balão em sua extremidade. Através do vaso, o médico chega ao coração do paciente e, conseqüentemente, à artéria coronária comprometida. Ao atingir o ponto exato da estenose, o balão é inflado, ampliando assim o calibre do canal e restabelecendo o fluxo sangüíneo. Acontece, porém, que logo após o procedimento, entre 5% e 10% das pessoas sofrem o que os especialistas chamam de reclusão aguda. Simplificando, as artérias voltam a se fechar rapidamente.

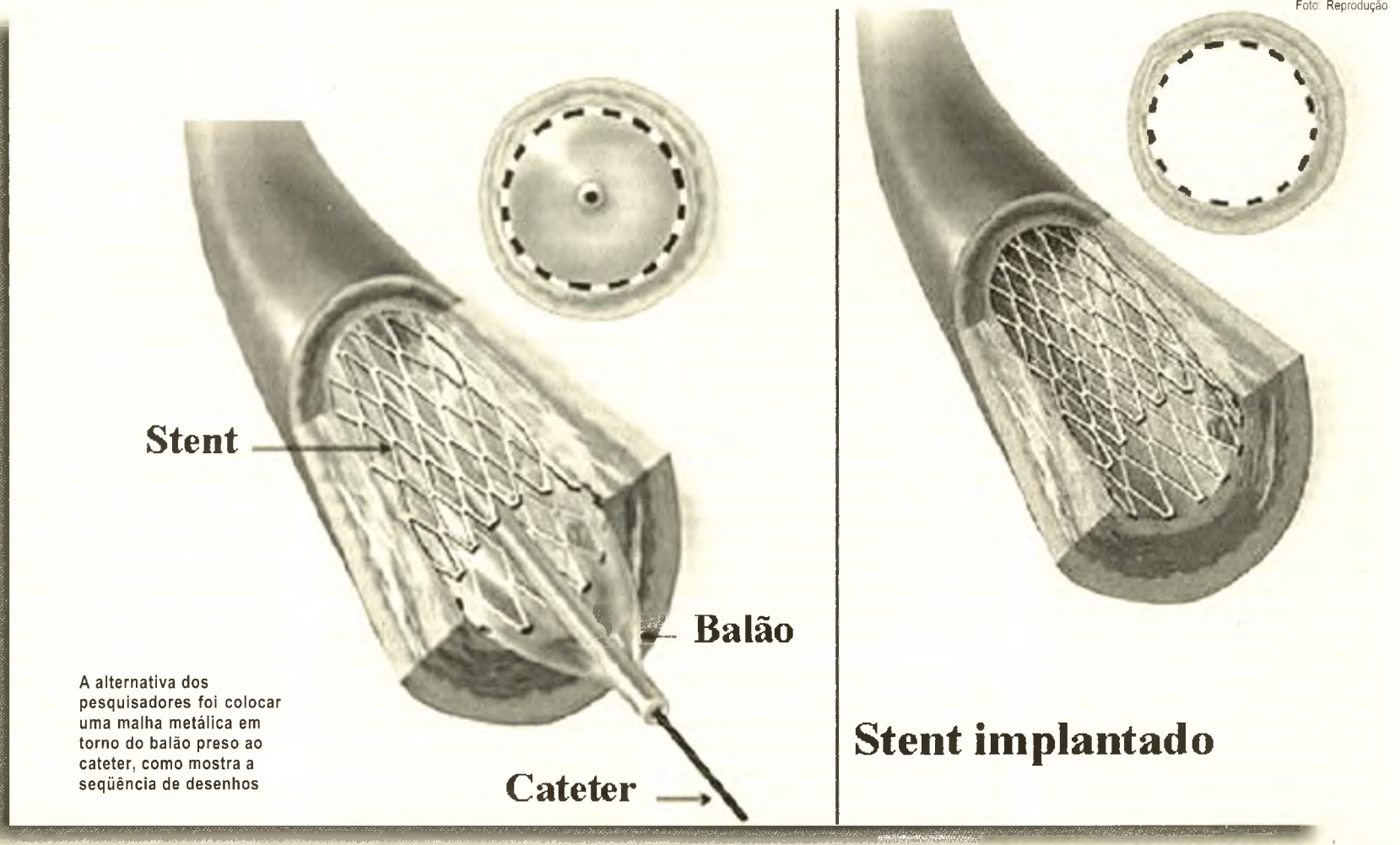
Além disso, de 30% a 50% dos pacientes submetidos à angioplastia passam pela mesma situação depois de um período um pouco maior, num processo chamado de reestenose tardia. Para reduzir esses índices, a medicina aprimorou o procedimento. A alternativa foi colocar uma malha metálica (stent) em torno do balão preso ao cateter. Após inflar o balão, a malha se expande e é fixada no in-

terior da artéria, dando sustentação às suas paredes. Apesar de mais eficiente que o método anterior, este também não tem 100% de sucesso. "Mesmo com o uso do stent, entre 20% a 30% dos pacientes ainda têm reestenose", diz o professor do IQ.

Só para se ter uma idéia do número de pessoas acometidas pelas doenças coronarianas os especialistas estimam que perto de 2 milhões de stents são implantados anualmente no mundo. Há cinco anos, um novo avanço foi registrado nessa área. O stent passou a ser revestido por substâncias inibidoras da reclusão. Uma dessas drogas, a rapamicina, já é usada comercialmente no recobrimento de stents. Basicamente, ela tem uma ação antiproliferativa. O que os pesquisadores do IQ fizeram, com o auxílio de especialistas do InCor, foi aproveitar a idéia para desenvolver um polímero contendo o óxido nítrico, para ser usado no revestimento do stent. O objetivo era obter um efeito melhor do que o das drogas convencionais, dado que o NO tem uma ação ainda mais abrangente.

"Nós já fizemos esse revestimento e constatamos a propriedade do polímero liberar o NO de forma controlada. O próximo passo será testar o método *in vivo*, em modelos animais", adianta Ganzarolli. Esses ensaios, de acordo com ele, ficarão a cargo dos médicos do InCor. A expectativa é que os testes preliminares estejam sendo realizados por volta do segundo semestre do ano que vem. O docente da Unicamp diz que as matrizes poliméricas já estão sendo patenteadas. Ele destaca que, além de colocar o Brasil no seleto clube de países detentores desse tipo de tecnologia, os estudos têm contribuído para a formação de pessoal qualificado e para a difusão do conhecimento.

Os trabalhos já geraram duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Atualmente, o trabalho envolve duas teses de doutorado, uma de mestrado e alunos de iniciação científica. "Neste ano nós publicamos dois artigos sobre os materiais doadores de óxido nítrico na revista "Biomaterials" que possui o maior índice de impacto nesta área", afirma Ganzarolli, que ressalta ainda a importância do apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) aos projetos coordenados por ele.



A alternativa dos pesquisadores foi colocar uma malha metálica em torno do balão preso ao cateter, como mostra a seqüência de desenhos

Foto: Reprodução

José Dias Sobrinho avali

ÁLVARO KASSAB
kassab@reitoria.unicamp.br

Fotos: Antoninho Perri

ENTREVISTA: JOSÉ DIAS SOBRINHO

Em seu último livro, *Avaliação – Políticas Educacionais e Reformas do Ensino Superior* (Editora Cortez, 2003), o professor José Dias Sobrinho reconhece que não é das mais tranquilas a tarefa de “tratar do objeto e dos objetivos da avaliação”. Trata-se de uma convicção pavimentada na prática. Professor emérito da Unicamp, onde ingressou em 1972 como primeiro docente da Faculdade de Educação, Dias Sobrinho dedica-se há quase meio século às coisas do ensino, numa trajetória iniciada no Paraná, com passagem pela UnB. Entre 1990-94, período em que foi pró-reitor de Pós-Graduação da Unicamp, Dias Sobrinho comandou na Universidade a primeira avaliação institucional completa no país, cuja metodologia seria posteriormente adotada pelo Paiub (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras).

Recentemente, o professor presidiu a Comissão Especial de Avaliação. Instituída em abril deste ano pelo MEC e composta por especialistas em educação e por gestores públicos, a comissão formulou um documento que propõe mudanças profundas na estrutura de avaliação da educação superior no país, a começar do Provão. O documento, que sugere a implantação do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), foi entregue ao ministro da Educação, Cristovam Buarque. Ao *Jornal da Unicamp*, Dias Sobrinho detalha o conteúdo das propostas.

JU – Qual é a importância da avaliação na área da educação no país?

José Dias Sobrinho – Vou fazer uma reflexão mais ampla. Um ex-ministro da função pública da França, Emile Zuccarelli, dizia que não há nenhuma nação moderna que possa abrir mão da avaliação. Ele falava da avaliação geral, da avaliação como política pública, não necessariamente na área da educação. Ou seja, toda a transformação no campo da administração pública requer um exercício forte de avaliação. Ela tem um interesse político determinante, não é uma questão técnica, não é nada neutra. E, exatamente por saber dos efeitos políticos, é que os administradores a colocam como se fosse um componente meramente técnico.

JU – Despolitizando seu conteúdo?

Dias – Sim, para reforçar sua atividade política de acordo com os seus interesses. Esta é uma camuflagem da função política e ideológica da avaliação. Muito mais que uma epistemologia, a avaliação é uma concepção de mundo que tem, portanto, uma determinada orientação de vida.

JU – Essa distorção norteia os princípios do Provão?

Dias – Sem dúvida. Trata-se de um instrumento de avaliação que passou a representar a própria avaliação. No fundo, trata-se de uma prova que acabou se transformando em instrumento que assume o significado de avaliação, como se a avaliação fosse só um instrumento.

JU – Em seu último livro, Avaliação – Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior [Cortez Editora, 2003], o senhor sustenta que o Provão embute um viés ideológico notadamente neoliberal. O senhor poderia explicar?

Dias – É claro que um governo neoliberal só pode adotar, por coerência, uma avaliação neoliberal. Qual era a política do governo anterior, cujos efeitos estamos vendo até hoje? Ela esteve em gestação durante os anos de 1995 e 1996, antes da homologação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que de alguma forma continha os lineamentos básicos para toda uma política de educação superior. A regulação dessa política veio obviamente com uma enxurrada normativa criada pelo ministro da Educação da época, Paulo Renato. Esse conjunto de normas que acompanha a LDB tinha – e tem – como finalidade básica a modernização da educação superior, nes-

te caso entendida como privatização da educação superior.

JU – Quais foram os problemas decorrentes dessa privatização?

Dias – É algo um pouco diferente do mundo empresarial, onde você compra, adquire e passa a ser proprietário. Na área da educação, a privatização é mais ideológica, tem a ver com concepção de mundo. Há uma privatização inclusive da educação pública. Em outras palavras, é a construção de um modelo de educação superior mais ajustado às necessidades do mercado.

JU – O Provão está neste contexto?

Dias – Claro. O Provão, e/ou qualquer outro instrumento que mede desempenhos de estudantes em escala nacional, tem muito mais uma função de orientação de mercado do que uma função pedagógica. A literatura da área constatou há muito que não existe qualquer função educativa num exame geral. O Provão é um instrumento que pretendia ser de regulação, mas isso não ocorreu. Todos que pretendiam abrir um curso, abriram e nenhum curso foi fechado.

JU – Mas uma das propostas do Provão era a de justamente fechar os cursos reprovados...

Dias – Nos últimos cinco anos houve um crescimento de 105% na expansão da educação superior, basicamente privada e nenhum curso foi fechado. Acho que seria injusto fechar, porque se trata de um instrumento que não é confiável. O Provão se propunha a fechar os cursos “D” e “E”. Não fechou, como também não regulou a demanda. Os cursos “D” e “E”, que são os piores, obviamente deveriam perder estudantes e não perderam. Os números do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais] mostram exatamente o contrário em muitos casos. Por outro lado, os cursos “A” e “B” não ampliaram sua demanda. Ou seja, trata-se de um instrumento que não interfere na questão do mercado, de oferta/demanda. A função de mercado do Provão é muito discutível e do ponto de vista pedagógico ele não tem valor.

JU – O Provão, então, não pode ser visto como avaliação?

Dias – Na literatura, instrumentos como o Provão são chamados de pseudo-avaliação ou de “quase-avaliação”. Estaria mais na instância do controle, da averiguação, da verificação. A avaliação de educação, necessariamente,

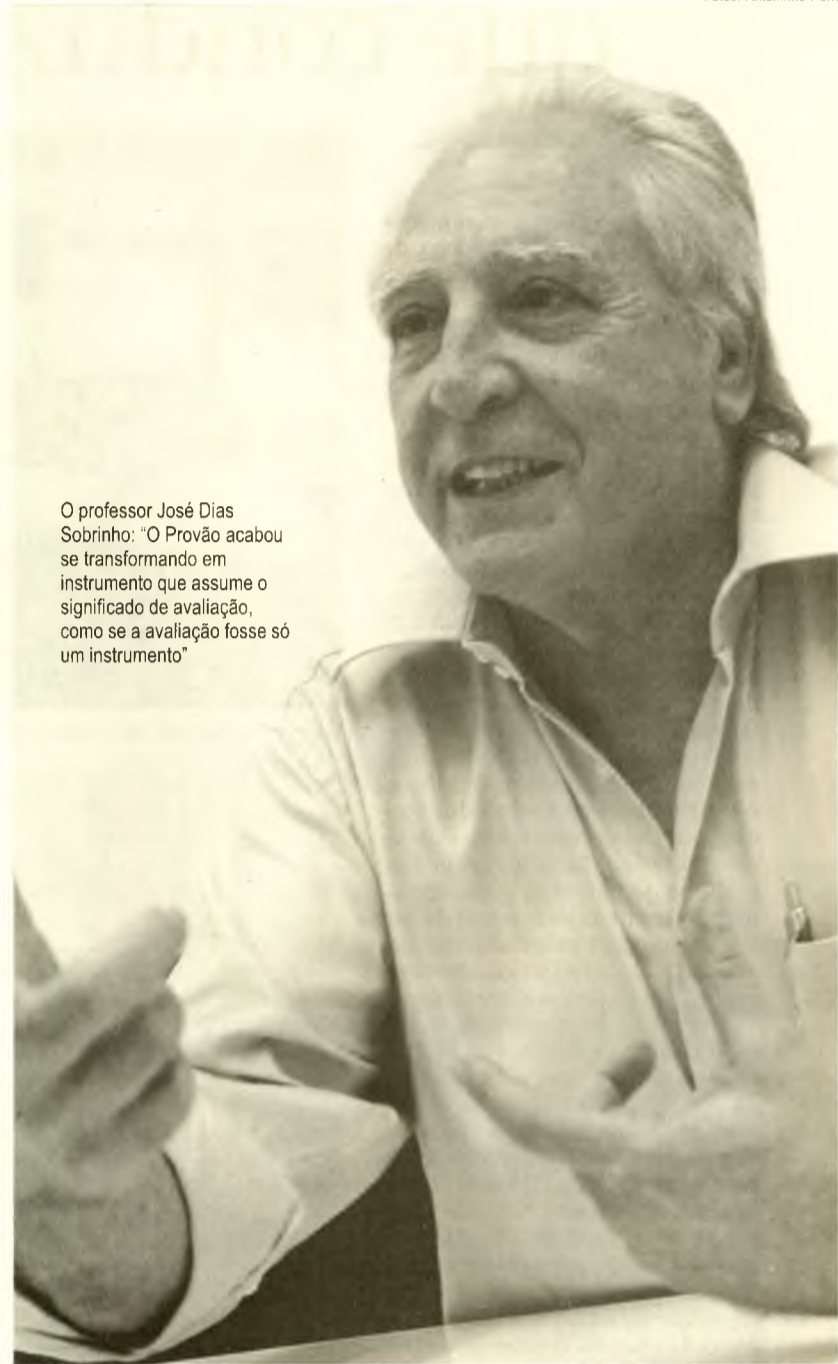
tem que pôr em questão e produzir significados complexos da área e não simplesmente se ater a uma única faceta. A aprendizagem não se avalia em nível nacional. É um fenômeno que ocorre com os indivíduos em determinadas situações concretas de sua vida. Portanto, só poderia ser avaliada nessa situação concreta e com todas as suas limitações. Uma prova aplicada nacionalmente não tem condição de fazer uma avaliação da aprendizagem. Quanto muito, pode fazer uma verificação de desempenho, ou seja, aquilo que alguém pode demonstrar numa determinada circunstância. Mudando essa circunstância, o desempenho inclusive passa a ser outro.

JU – Em seu livro, há uma associação entre os procedimentos adotados pelo Provão e a questão ética. O senhor poderia explicitá-la?

Dias – A questão ética está diretamente relacionada à questão do rigor. Até então, estou falando que não existe muito rigor do ponto de vista técnico-científico no Provão. A sua pergunta me leva a considerar o ponto de vista ético; ele, o Provão, não é justo. Produz injustiça. Não leva em conta as disparidades regionais, a desigualdade individual, mas é injusta sobretudo porque produz uma maior competição individual. Trata-se de um instrumento que aprofunda a ideologia do sucesso individual em detrimento da solidariedade, de todos os valores mais humanísticos – o respeito à alteridade, às diferenças. A educação passa a ser vista como mercadoria. O Provão é um instrumento do mercado educacional.

JU – O que há de diferente entre os primeiros movimentos da privatização da educação, especificamente após a reforma de 1968, e os registrados agora?

Dias – A privatização da educação brasileira começou, de uma forma mais programática, com os governos militares. Mas havia duas coisas muito importantes na Reforma Universitária de 68. Primeiro, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, coisa que se está perdendo, pois agora houve uma ruptura, na qual você pode escolher o tipo de instituição que você quer criar. Dá para afirmar inclusive que há hoje uma tendência a atribuir a uma instituição educativa sobretudo os fins mercadológicos. Perdeu-se, em boa parte, o sentido de função pública da educação. Mesmo nos governos militares, com todos os seus equívocos,



O professor José Dias Sobrinho: “O Provão acabou se transformando em instrumento que assume o significado de avaliação, como se a avaliação fosse só um instrumento”

havia ainda esse sentido de nação. Havia a pressão pela expansão, que era grande; digamos que era necessário que o setor privado se encarregasse de ajudar o setor público, mas sem perder sua função no projeto de desenvolvimento nacional e sem perder de vista que a universidade se constituía de ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável. Nos anos 80, houve a criação do Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior, o famoso Geres, isso já no começo do governo Sarney, em 1985, quando já se colocava alguma coisa que veio se tornar realidade nos anos 90, especialmente no governo FHC. A idéia, a matriz de algo parecido com o Provão, já estava proposto lá no Geres, como instrumento de “mensuração” da qualidade. Outro fator importante a mencionar é a modernização.

JU – Quais foram seus efeitos na educação?

Dias – Penso especialmente no processo de urbanização. A saída do campo para as cidades acabou gerando uma pressão para maior escolarização. Alguns anos depois, esses estudantes chegaram ao nível médio e, depois, ao superior. Isto, somado às necessidades trazidas pela globalização econômica, na qual o emprego requer mais escolaridade, exigiu que alguma coisa tivesse de ser feita para atender à crescente demanda. E a opção do governo Fernando Henrique foi pela abertura, quase que livre, dos cursos. Os três pilares da política do MEC, para a Educação Superior, em parte colocada já pelo próprio Banco Mundial, foram: a autonomia, a avaliação, e a qualidade. São três palavras com significação muito positiva, mas na realidade, dentro dessa política, autonomia significava liberdade de processo, ou seja, no limite, liberdade para abrir cursos, flexibilizar contratos e liberalizar a captação de recursos. Qualquer pessoa hoje pode abrir um curso superior, desde que esteja em dia com as obrigações fiscais. Até

analfabeto pode. Depois, essas escolas seriam controladas pela avaliação. Veja que aqui a avaliação tem sentido de controle e não de melhoria, não de um processo que vai induzir melhoria pedagógica ou administrativa. Portanto, é um contraponto da autonomia, pedindo mesmo suprimir a autonomia. O controle é feito pelo Provão, que prioriza o produto. Então, seria liberdade quanto ao processo, e controle do produto e do resultado. Nessa lógica, o resultado quantificável, comparável, objetivável seria a expressão da qualidade e esta poderia ser medida e produzir ranqueamentos do tipo “A”, “B”, “C”, D e E. A “qualidade” seria expressa por índices como aumento de matrículas ou de titulação etc.

JU – Mas esses indicadores não atestam de fato essa melhoria?

Dias – Isso ainda não é qualidade. O responsável pela melhoria da formação docente e pela produção de pesquisa é basicamente a universidade pública e algumas poucas universidades privadas. As novas instituições de ensino não acrescentaram praticamente nada. Na verdade, o processo de construção da qualidade universitária vem de algumas décadas. A pós-graduação brasileira, o regime de tempo integral, a criação de laboratórios, a política de pesquisa, tudo isso vem dos anos 60. Sem dúvida, na América Latina, o Brasil não é apenas pioneiro como também o principal país em termos de pesquisa e pós-graduação.

JU – Qual seria então o modelo ideal de avaliação?

Dias – Um modelo que a Comissão Especial de Avaliação, criada pela SESu, acaba de propor entende a educação como fenômeno complexo. Quando falo em complexidade, estou me referindo à complexidade técnica, à complexidade científica mas também, e sobretudo, à complexidade humana. São muitos os interesses e valores em

a a avaliação



disputa na sociedade. Propomos uma mudança de paradigma, de concepção. Pode-se até utilizar os mesmos instrumentos anteriores, a prova, por exemplo, mas dentro de uma outra filosofia, de outro objetivo. E cada instrumento deve estar sempre articulado a um conjunto de outros instrumentos e fatores. A questão da complexidade é, portanto, paradigmática. Não se trata de ficar simplesmente acrescentando instrumentos de controle ou verificação. Avaliação é uma atitude filosófica que cria metodologias para atender determinados fins e objetivos e tudo isso de uma forma integrada. É preciso criar um sistema de educação superior, coisa que verdadeiramente ainda não há no país.

JU – Alicerçado em que modelo?

Dias – Temos instituições isoladas que não constituem um sistema. A avaliação seria o motor desse sistema de educação, e lhe daria coerência. É preciso entender que educação é muito mais do que o ensino, que a avaliação é muito mais do que controle. A questão de valores é fundamental em educação. Educação não se faz apenas num determinado momento, o tempo da educação é um tempo total, portanto não pode ser avaliada só fotograficamente, em tempo estático. É importante ver o que se agrega, ou seja, o desenvolvimento, as inovações, os dinamismos. Mas, sobretudo, não deixar de tocar na questão fundamental da educação, que é a formação – o seu valor humano e social. A formação integra um conceito muito mais amplo do que o conceito de treinamento e de capacitação profissional, embora isso também seja importante. Falo da formação do ser humano em seus múltiplos sentidos, da polissemia da vida humana.

JU – Não há algo de utópico nessa busca pelo polissêmico num campo sempre sujeito às ingerências políticas?

Dias – Sair de um paradigma de

controle significa sair de um paradigma mono-referencial para um de múltiplas referências. É preciso sair de uma significação única, que se traduz através de conceitos, ou de uma nota, para o mundo polissêmico de culturas, de valores, de diversidade. Por isso não posso ficar só com o ensino. Tenho que ver o ensino articulado com a pesquisa; tenho que ver a pesquisa vinculada a seus impactos, a sua função social, além de sua própria vinculação com a ciência; tenho que ver o sentido social da formação que se está dando na universidade. E assim por diante. A educação tem sempre uma dimensão utópica, de projeto, de futuro.

JU – Nos dois últimos congressos de leitura e de educação, ambos realizados na Unicamp, o foco de boa parte dos participantes esteve voltado para essas questões levantadas pelo senhor. Existe algo de novo nisso ou seria uma espécie de resistência aos modelos predominantes?

Dias – Infelizmente, esta sua segunda hipótese é mais real. Vejo como uma necessidade do mundo todo, não só da educação, essa tendência em recuperar valores que estão um pouco perdidos, que estão em segundo plano. A economia da vida, essa tendência a reduzir e colocar no centro de tudo o valor econômico, fez com que a humanidade tenha perdido um pouco dos seus valores mais fundamentais, mais primordiais, mais permanentes. Claro que a educação é o lugar onde isso vai repercutir de uma forma mais forte. A função da educação é exatamente trabalhar esses valores, os processos civilizatórios. Educação é acrescentar mais civilização à vida humana, tanto no plano individual como no coletivo. Namedita que esses valores primordiais estão sendo colocados em segundo plano, em virtude do crescimento dessa funcionalização, evidentemente que a educação vai se preocupar com isso. Acho, em primeiro lugar, que não há muito interesse nos governos do mundo de alterar substancialmente essa ordem vigente – seja do neoliberalismo, seja do neoconservadorismo, que são linhas que retomam a mesma lógica da conservação. Os governos estão muito presos a esses interesses. Por outro lado, acho que a formação dos educadores tem deixado muito a desejar.

JU – Em que sentido?

Dias – O professor perdeu valor dentro dessa lógica utilitarista e individualista. Parece que a educação tem valor nos discursos, mas aqueles que são responsáveis pela prática, os professores principalmente, carecem de uma formação mais ampla, até porque têm uma remuneração muito baixa. Trata-se de uma questão muito problemática.

JU – A competitividade estaria no elenco de problemas?

Dias – Sim. Obviamente aqueles que têm os melhores instrumentos, os mais ajustados a essa ótica do utilitário, e isso dentro de uma instituição privada tem peso, vão sair ganhando. A competitividade no mercado educacional é igual à do mercado empresarial.

JU – Há canibalização na área?

Dias – Sim. É preciso criar um código de ética. A avaliação deveria levar em conta esses valores. Por exemplo, quais instituições estão preocupadas com uma formação mais integral do ser humano? Como cumprem sua responsabilidade social? A avaliação deveria ter o papel importante de valorizar aquilo que é fundamental na formação e importante para o desenvolvimento social. O conceito da formação e de qualidade tem de ser novamente discutido. Qualidade em educação hoje é um conceito totalmente dominado pela noção do mercado.

JU – O que preconiza a Comissão Especial de Avaliação, presidida pelo senhor?

Dias – Sinaes é uma sigla para Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior. Com isso já estamos sinalizando, sem querer fazer trocadilho, a idéia de que a avaliação deve ser, ela própria, um conjunto de instrumentos e procedimentos com base numa concepção global que produza também efeitos articulados com essa metodologia, mas também que ela possa colaborar centralmente com a construção de um sistema de educação superior mais coeso e mais coerente e com uma função social mais definida, que de alguma forma também esteja vinculada a um projeto de nação.

JU – O senhor acha que a proposta é factível nesse momento de transição?

Dias – Creio que tudo isso é um pouco frágil no Brasil, mas esse sistema de avaliação tem um pouco essa pretensão de ajudar a construir um sistema de educação superior que esteja mais voltado ao social, ao desenvolvimento do país. Passa necessariamente pelo desenvolvimento técnico e científico e pelo fortalecimento dos valores humanos. A avaliação é um processo de reflexão, de melhoria, de aperfeiçoamento e de produção de sentido. A avaliação é, antes de mais nada, um questionamento sobre o significado das ações praticadas dentro da educação. Ela precisa se articular com a regulação, com o dever que o Estado tem de assegurar a qualidade da educação superior, não permitindo que ela se torne algo descontrolado. É preciso haver um permanente acompanhamento no campo regulatório. Que a avaliação seja vinculativa na regulação, ou seja, que todos os atos e processos de regulação tenham por base os resultados de avaliações. Os agentes da comunidade universitária precisam se sentir co-responsáveis pela educação superior e, portanto, também protagonistas da avaliação. Eles não podem ser apenas objetos da avaliação. Que todos sejam avaliados, mas que todos também possam ser avaliadores, cada qual a seu modo. Só posso ser co-responsável por alguma coisa da qual eu participo. Se não tenho oportunidade ou chance de agir como avaliador, também não sou responsável pela construção da qualidade.

JU – Quanto tempo foi consumido neste estudo?

Dias – Essa comissão especial de avaliação trabalhou de abril a final de agosto. Foram quatro meses de trabalho. Era formada por 21 pessoas, sendo professores, gestores e teóricos que já trabalharam em avaliação em educação superior e mais três estudantes representando a UNE. A comissão foi criada pela Secretaria de Educação Superior, a SESu.

Esta comissão saiu convencida de ter produzido um consistente projeto de avaliação, vinculado a um projeto de educação superior. A elaboração deste documento levou em conta manifestações de 38 entidades da sociedade civil, desde Andes, Crub, CUT, CGT, associações científicas, enfim houve um amplo processo de audiências públicas. Isso está consolidado em documentos. A maior parte dessas entidades pedia justamente que fosse criado um sistema mais amplo, que fossem avaliadas as diversas dimensões institucionais e que fosse levada em conta a função social da educação superior. Isso está contemplado no documento. Não sei se o ministro vai acatar ou não. É uma pergunta que tem de ser feita a ele. Espero que sim, mas acho que há também lobbies fortíssimos, a começar pela grande imprensa.

JU – Em que medida?

Dias – O Provão é um instrumento fácil de trabalhar e que traz muito recurso, muito dinheiro, muito impacto na divulgação dos resultados.

JU – Há estimativas de quanto se gasta em publicidade?

Dias – A publicidade em educação brasileira envolve cerca de R\$ 420 mi-



É preciso criar um sistema de educação superior, coisa que ainda não há no país.

lhões por ano. É muito dinheiro. E o Provão tem uma grande participação nisso. Nós temos discutido essa proposta em diversas universidades e entidades. Evidentemente que há muitas sugestões e pontos de dúvida que têm de ser trabalhados. Mas a aceitação da idéia básica é muito boa e positiva. Agora, é preciso dizer que muitos professores preferem deixar como está. O Provão é um instrumento essencialmente conservador. Todo controle é conservador. Ele apenas quer verificar se há conformidade entre uma norma preestabelecida, escrita ou não, e a realidade praticada.

JU – Quais seriam os efeitos desta acomodação?

Dias – Nas grandes universidades, alguns professores estão acomodados com esta visão. Eles não se sentem incomodados com uma avaliação, eles não precisam fazer absolutamente nada. Eles já têm os melhores alunos que quase sempre vão ter os melhores resultados no Provão. Com isso, eles podem até usar a grife do bom conceito – “A”, “B”. A prova acaba deixando de lado toda a questão da inovação, das fronteiras do conhecimento, da interdisciplinaridade, da cooperação entre áreas. Ela congela um determinado currículo e faz com que todas as escolas superiores procurem trabalhar aquele currículo congelado. Há um empobrecimento generalizado, que inibe as iniciativas de questionamento e reflexão, ou seja, de avaliação.

JU – Números recentes divulgados pelo IBGE indicam que são abertas cerca de quatro escolas superiores por dia no Brasil. O que o senhor acha dessa proliferação de instituições?

Dias – Isso indica que a abertura é totalmente facilitada e não há acompanhamento. Os cursos são quase que automaticamente reconhecidos porque não há instrumentos mais consistentes para regular a educação superior. A legislação criada nos últimos anos, especialmente após a LDB de 1996, permite aos centros universitários a abertura de qualquer curso sem que haja uma aprovação prévia. No caso de centros e universidades, que são autônomos, a autorização não é atribuição do MEC. A questão não é diminuir o crescimento, mas sim aumentar a qualidade. As instituições, de acordo com o que estamos propondo com o Sinaes, teriam que demonstrar a sua razão de ser.

JU – Há demanda para isso?

Dias – Aí há uma contradição. A demanda existe realmente, mas há limites econômicos. Hoje só há mais espaço de crescimento para as classes C e D. O nível de inadimplência é muito alto, está entre 30% e 40%. Há um mercado possível para as classes C e D,

mas os cursos para se viabilizarem teriam de ser rápidos e não poderiam ultrapassar os R\$ 200 de mensalidade.

JU – O Provão também é privatizado?

Dias – O instrumento do Provão é elaborado por uma agência privada. É claro que isso tem um custo altíssimo, por volta de R\$ 35 milhões e hoje só atinge a um terço dos cursos, coisa de 4,5 mil num total de 14.800. Poderíamos pensar em algo por volta de R\$ 100 milhões se ele abrangesse todos os cursos. Ou seja, o Provão ainda não é universal e custa muito. O custo dessa avaliação é absurdo porque a avaliação está produzindo resultados absurdos. Se fosse uma coisa que produzisse resultados bons e confiáveis, o custo não deveria ser levado em conta tanto assim. É uma aberração distorcer os resultados e modelar a educação superior aos interesses do mercado.

JU – Qual é, na sua opinião, a consequência dessa relação?

Dias – Primeiro é que o sentido público da educação vai ser perdendo. Passa a não haver fronteiras muito claras entre uma instituição pública e uma instituição privada de nível reconhecido. Segundo, porque a área de humanidades, que não tem apelo utilitário, em geral, vai se desvalorizando, vai se enfraquecendo e tem o seu futuro comprometido. A carreira passa a ficar desinteressante. Com isso, a universidade passa a ter um desequilíbrio estrutural na questão do poder. Quer dizer, perde força como área de conhecimento e de valor social e, portanto, perde também peso na divisão do poder interno da universidade. Isso acaba reforçando essa mentalidade economicista. Aquilo que é valor primordial para o homem, passa a segundo ou terceiro plano. E aí há uma inversão de valores. O valor econômico, o lucro, o sucesso e o dinheiro, que seriam secundários, passam a ser o principal. O conhecimento desinteressado, que também foi um dos valores da universidade, se enfraquece.

JU – Dá para precisar quando exatamente esse movimento teve início?

Dias – O que a literatura chama de privatização branda, ou de quase-mercado, é um fenômeno mundial que começou faz tempo, mas teve um momento marcante a partir de Margaret Thatcher, nos anos 80. Em discurso pronunciado logo que assumiu, em 1979, ela disse que a universidade era pouco produtiva, gastava muito e não tinha utilidade para a indústria e para o comércio. Isso deveria mudar. Começou então a predominar essa mentalidade de mercado. Todo o financiamento passou a ser competitivo. Embora isso se justifique do ponto de vista do rigor do uso dos recursos públicos, por outro lado muitas pesquisas que não tinham utilidade mercadológica deixaram de ser produzidas.

JU – Até que ponto as políticas públicas são afetadas?

Dias – A continuar nesse ritmo atual, brevemente esse “quase” do quase-mercado vai desaparecer. A partir de 2005, por exemplo, a educação vai ser considerada formalmente pela Organização Mundial do Trabalho como uma mercadoria. Isso significa que qualquer instituição nossa vai estar aberta ao mercado, não só nacional como também internacional. Qualquer pessoa poderá ter uma franquia, como se fosse um posto de gasolina... Você poderá ter uma escola com o dinheiro vindo de qualquer parte do mundo. Isso significa sobretudo que o país perde autonomia quanto a determinar sua política educacional. As nações ficarão sujeitas ao jogo de mercado. E obviamente que a educação vai se tornando cada vez mais cara, em razão dos avanços técnico-científicas. As instituições terão de mostrar cada vez mais eficiência empresarial, e a pesquisa básica vai cedendo terreno ao conhecimento útil e de imediata aplicação.

Departamento da FEF desenvolve metodologia pioneira na área de atividades físicas adaptadas

Deficientes que não entregam os pontos

ANTONIO ROBERTO FAVA

fav@unicamp.br

Escalar montanhas, descer cachoeiras, praticar mergulho e ciclismo são algumas das atividades, além do judô e do atletismo, que já se tornaram rotina na vida de um grupo de alunos da Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp. Até aí nada de mais, se eles não fossem portadores de deficiências física ou visual. E não é só: os alunos ainda acrescentam em seus currículos a participação em campeonatos internacionais como Pan-Americano, realizado há dois anos na Carolina do Sul, quando o Brasil acabou ficando em primeiro lugar no geral, ganhando de países como o Canadá, Estados Unidos e México. Este ano, o atleta Aurélio Guedes dos Santos, deficiente visual de 34 anos, classificou-se em 2º lugar na Maratona de Tóquio, no Japão.

Atualmente, a FEF tem o Departamento de Estudos e Atividades Físicas Adaptadas, chefiado pelo professor Edison Duarte, cujo principal objetivo é estudar, sob o ponto de vista acadêmico, a atividade física da pessoa portadora de deficiência. E os resultados, até o momento, têm sido

Atletas vencem competições internacionais

os melhores possíveis. A FEF trabalha hoje apenas com deficientes de duas categorias: visuais, com 20 alunos, entre 13 e 56 anos, e físicos, com 18 adultos. Para o segundo semestre do próximo ano deverão ser incluídas novas categorias, como deficiência mental e auditiva.

A participação da Faculdade em competições e eventos esportivos tem sido bastante intensa, revelando nomes de atletas como Fabiana Harumi Sugimori, 21 anos, com deficiência visual, que se sagrou campeã paraolímpica de natação, em Sidney, há dois anos. Ou de Benedito Franco Leal Filho, o Neno, que revelou extraordinário talento para liderar e organizar competições. Neno foi fundador da primeira Associação de Desportos para Cegos, da região de Campinas.

“Com essa iniciativa, o Neno foi o grande responsável pela inclusão de atletas cegos em competições internacionais, entre elas a de Barcelona, Atlanta e Sidney”, diz o professor José Júlio Gavião de Almeida, diretor-associado da FEF. Há a ainda o Wellington Rodrigues, que participou da paraolimpíada de Barcelona, sagrando-se campeão nos 100 e 200 metros. Junto de Wellington está Aurélio Guedes, que participou da paraolimpíada de Atlanta, de Sidney, em 2002, e do Japão, realizada há seis meses, hoje considerado o melhor do mundo na sua modalidade, segundo o professor Gavião.

Processo sistemático – De acordo com o professor Gavião, o esporte manifesta-se de diferentes formas: o conhecido como de alto rendimento, aquele em que o atleta treina intensamente para as competições, e a prática esportiva como processo de aprendizagem, tal como a educação física escolar.

“As pessoas com as quais a FEF trabalha, tanto as deficientes físicas quanto as visuais, podem utilizar-se do esporte como forma de aprendizagem, de desenvolvimento, e não de treinamento exclusivo, visualizando a performance de alto rendimento”, explica Gavião. No entanto, ressalta que há atletas que praticam atividades de alto rendimento, com o propósito de participar de campeonatos estaduais e até mesmo internacionais, que compreendem a maioria das modalidades esportivas.

Segundo o professor Edison Duarte, a FEF vem desenvolvendo uma série de trabalhos bastante significativos. Os mais expressivos referem-se aos destinados à formação de recursos humanos na área de educação física – pesquisadores da área, professores universitários, técnicos e coordenadores



Deficientes em ação: esporte como aprendizagem e desenvolvimento



Foto: Antoninho Perri



Os professores Edison Duarte (à esquerda) e José Júlio Gavião de Almeida: revelando campeões

esportivos em modalidades de âmbito nacional, além de docentes atuando em associações e instituições para portadores de deficiência.

“A Unicamp é a Universidade que mais tem formado mestres e doutores na área de atividade física adaptada”, diz Duarte. Essa formação se desenvolve em várias frentes. Quer dizer, tanto no que diz respeito às pessoas que trabalham com pesquisa nas universidades brasileiras, como as que atuam em associações e federações esportivas, ocupando as mais variadas funções, preparando seus atletas para competições em campeonatos internacionais e paraolimpíadas.

Intercâmbio – O modelo de trabalho com deficientes físicos e visuais, adotado pela Unicamp, encontra similares desenvolvidos por grupos de outras instituições de ensino e pesquisa brasileiras. “Temos observado que a Universidade de Uberlândia é a que mais se aproxima da Unicamp”, diz Duarte. No entanto, a instituição mineira, embora dotada de indiscutíveis atributos, não

possui o mesmo nível de formação que a Unicamp.

“Difícilmente uma outra universidade brasileira tem um trabalho sistemático como o da Unicamp. Fora do Brasil, pelo menos na América Latina, não há um trabalho com um programa didático (ensino e pesquisa) inteiramente voltado para o deficiente físico, visual, auditivo ou mental”, conclui o professor.

O que não acontece em alguns países da Europa, principalmente a Bélgica, na Universidade Católica de Leuven, considerada o principal centro formador de recursos humanos para todas as áreas da atividade física adaptada. Vale ressaltar que o programa da Universidade de Leuven engloba 25 outras universidades espalhadas pelo mundo. Inclusive a Unicamp, com a qual mantém convênio que prevê o intercâmbio de professores entre os dois países. Por outro lado, já se tornou rotina alunos de pós-graduação e de doutorado da Unicamp frequentarem os laboratórios da Universidade de Leuven. O professor Duarte foi um dos que ficaram na Bélgica durante um período

de quatro meses.

É preciso que se diga que em termos de atividades esportivas, o grande parceiro da Unicamp, quando se trata da inclusão de deficientes visuais, é hoje a Sociedade Brasileira de Desportos para Cegos. Paralelamente, há ainda a participação do Comitê Paraolímpico Brasileiro, que atua com todas as deficiências – físicas, auditivas, visuais e mentais.

Por iniciativa de um grupo de professores da própria Unidade, mais especificamente do professor Paulo Ferreira de Araújo, a FEF criou, em 1997, a Federação Paulista de Basquete sobre Rodas, cujo principal propósito é proporcionar a inserção de pessoas com deficiência física em competições estaduais, nacionais e até mesmo internacionais. “De modo geral, os nossos grandes parceiros são as associações nacionais, como a IBSA (Federação Internacional de Desportos para Cegos) e o próprio Comitê Paraolímpico Internacional, instituição que administra o esporte de alto rendimento em nível nacional, praticado por atletas portadores de todas as deficiências.

Modalidades para os deficientes visuais

A Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp tem um bem-estruturado programa de atividades esportivas que se destina aos “alunos” portadores de deficiência visual.

■ **Golball** – Jogo praticado por atletas cegos ou com baixa visão, cujo objetivo é arremessar a bola sonora com as mãos no gol do adversário. Cada time joga com três jogadores, e todos os atletas usam vendas nos olhos.

■ **Judô** – É praticado por deficientes visuais de ambos os sexos. A principal adaptação feita para essa modalidade é que os atletas iniciam o combate já com a “pegada” no companheiro.

■ **Atletismo** – Os deficientes visuais realizam a maioria das provas, com exceção das que contêm barreira. As provas de 100 são corridas individualmente. Nas corridas, os atletas cegos ou com pequeno resíduo visual correm acompanhados de um guia que, nas competições internacionais, são atletas convencionais, também de alto nível, para que possam acompanhar os deficientes visuais.

■ **Futebol de salão** – As equipes de atletas são divididas em cegos totais – apenas o goleiro enxerga perfeitamente – e aqueles que possuem pouca visão. Na categoria de cegos, todos os atletas deverão estar vendados. As regras são basicamente as mesmas do esporte praticado pelo não-deficiente.

■ **Natação** – Participam todas as categorias. A principal adaptação para essa modalidade é feita na “virada”, quando o técnico poderá avisar sobre a proximidade da piscina, por meio de um toque com um cabo de madeira ou outro material com ponta de espuma. Os nadadores deficientes deverão nadar com óculos tipo “blackout”.

Discurso de Rubens Ricúpero em Genebra ressalta importância da Especialização em Diplomacia Econômica

Documento da Unctad destaca curso implantado pela Unicamp

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

A iniciativa do Instituto de Economia da Unicamp em organizar um Curso de Especialização em Diplomacia Econômica foi destaque no pronunciamento oficial feito pelo secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), embaixador Rubens Ricúpero, em Genebra, no último dia 15. O curso, iniciado na semana passada, faz parte de um termo de compromisso firmado em agosto entre a Unicamp e a Unctad. Pelo acordo, o Instituto de Economia passa a integrar, pioneiramente na América Latina, uma rede de instituições dedicadas à capacitação de participantes de países em desenvolvimento nas negociações internacionais e à pesquisa acadêmica nos temas e questões que integram as agendas das negociações no exterior.

“Pela primeira vez no Brasil, uma grande universidade, a Universidade Estadual de Campinas, organizou um curso em parceria com a Unctad”, disse Ricúpero em seu pronunciamento na Primeira Sessão do Comitê Preparatório para a 11ª Unctad. “E estamos envolvendo muitas outras universidades no mesmo sentido”, completou. Ricúpero citou o acordo com a Unicamp como uma “ação concreta” dentro do esforço que a Unctad vem desenvolvendo para ajudar países em desenvolvimento a estabelecer estratégias de negociação no comércio exterior a partir de sua própria realidade. Além da Unicamp, a rede de centros de pesquisas ligada à Unctad inclui o International Institute for Trade and Development, em Bancoc, na Tailândia, e o Tralac (Trade Law Centre for Southern Africa) na Namíbia, África.

“Essa parceria é oportuna para o Brasil, já que nesse momento as negociações internacionais se tornaram um fator importante”, disse o professor Mário Presser, organizador do curso. O economista lembra que o contexto atual inclui não apenas as discussões relacionadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também à Área de Livre Comércio das Américas

(Alca). “As informações que serão geradas estarão baseadas no rigor da pesquisa acadêmica e não apenas em opiniões isoladas”, destaca. “A Unicamp e a Unctad estarão colocando sua discussão intelectual a serviço dos debates”.

Presser diz que a parceria com a Unctad permitirá, através do Curso de Especialização em Diplomacia Econômica, realizar uma constante atualização dos temas, questões e posições dos principais países que compõem o cerne das negociações internacionais, transmitindo aos participantes uma visão contemporânea das discussões em andamento. Segundo ele, a Unctad possui uma visão global dos problemas enfrentados em comércio, finanças, investimentos diretos e transferência de tecnologia pelos países em desenvolvimento, tendo elaborado uma “Agenda Positiva” para fornecer coerência às iniciativas nesses campos. “Por sua vez, o Instituto de Economia da Unicamp tem propostas nesses temas para o Brasil”, observa.

De acordo com o economista, a visão global da Unctad pode ser enriquecida pelas contribuições locais e vice-versa. Técnicos da Unctad darão suporte ao curso por

intermédio de videoconferências, resolução de dúvidas, palestras e seminários. Os participantes utilizarão manuais de treinamento desenvolvidos pela Unctad e terão acesso às publicações e aos bancos de dados desta instituição colocados à disposição do Instituto de Economia.

“Isso possibilitará uma discussão mais fundamentada das trajetórias de inserção internacional do Brasil e de outros países em desenvolvimento na região”, explica. O curso, com carga horária de 372 horas, está sendo ministrado por uma equipe de 19 professores do Instituto de Economia da Unicamp. As aulas acontecem na sede da Câmara Americana do Comércio (Amchan), em São Paulo. Maiores informações poderão ser obtidas no site www.eco.unicamp.br/cursos/ECO700.html. Na última quinta-feira, o embaixador Rubens Ricúpero falou por telefone, da Suíça, ao *Jornal da Unicamp* sobre a iniciativa do Instituto de Economia. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Foto: Neido Cantanti

O embaixador Rubens Ricúpero, secretário-geral da Unctad: “É a primeira vez que se faz um curso desse em nível mundial”

Jornal da Unicamp — Em sua opinião, de que maneira um curso nos moldes do que a Unicamp está coordenando pode ajudar na formulação de políticas que facilitem a inserção do Brasil no comércio exterior?

Ricúpero — A ajuda será grande. É a primeira vez que se faz um curso desse em nível mundial. Tem havido iniciativas da Unctad e de outras organizações, mas são cursos curtos ou seminários de treinamento. São cursos limitados porque tratam apenas sobre determinados aspectos das negociações comerciais. Agora, é a primeira vez que se faz um curso montado em conjunto, por uma grande universidade de um lado, com a ajuda de uma organização da ONU de outro. A universidade entra com os recursos intelectuais e a Unctad participa com o conhecimento global, com todos os aspectos relacionados às negociações internacionais, não só em comércio, mas também em finanças e investimentos. É a primeira vez que se faz algo completo nessa área.

JU — Que tipo de desdobramento o curso pode apresentar?

Ricúpero — Vai ajudar na formação de negociadores brasileiros muito mais completos. Até agora nunca tivemos isso. Em termos de inserção internacional, isso é um passo muito amplo. Resolverá muitos problemas porque há queixas no Brasil de que as nossas negociações nem sempre são precedidas de uma consulta completa ao setor privado, à universidade e à sociedade civil. Em um curso como esse, o Brasil poderá pela primeira vez cobrir todos estes aspectos.

JU — O senhor acredita que esse tipo de iniciativa poderia contribuir, por exemplo, para a atuação do Brasil nas negociações relacionadas à Área de Livre Comércio das Américas (Alca)?

Ricúpero — Não só a Alca, mas também com a Organização Mundial de Comércio (OMC), e Mercosul. Isso se estende a todas as negociações. Vai mais longe, porque inclui também a parte financeira, portanto Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. A minha impressão é que isso irá preencher um vácuo, podendo até criar uma vantagem profissional para aqueles que fizerem o curso. Com o tempo isso será um grande trunfo em termos de busca de emprego porque atualmente os negociadores são improvisados. Não têm um treinamento sobretudo acadêmico, com um bom embasamento.

JU — Em sua opinião, quais seriam as causas da vulnerabilidade que o Brasil está apresentando nas negociações relativas à Alca?

Ricúpero — No caso da Alca, acho que a resposta é muito simples. No âmbito da América Latina e do Caribe, o Brasil é o único país que tem dimensão suficiente para sustentar a esperança de manter uma indústria própria. Os outros já abriram mão disso e estão apenas interessados em ter acesso ao mercado americano com os poucos produtos que produzem. Como o Brasil, ao contrário, tem uma estrutura industrial mais completa e integrada, procura preservar isso, evitando compromissos que possam afetá-la. Os outros não têm essa mesma sensibilidade. Como já perderam isso, para eles não faz diferença. Estão dispostos a qualquer coisa. Para alguns, basta ter uma pequena cota aumentando a possibilidade de exportar um produto ou outro que o problema está resolvido.

JU — Esse não é o caso do Brasil...

Ricúpero — Não, o caso do Brasil é muito mais complicado. Isso não ocorre no âmbito da OMC, mas, na Alca, o Brasil é o único país continental. No caso da OMC, tem a Índia, China, ou África do Sul, que são países comparados ao Brasil. Mas, no âmbito das Américas, estamos sozinhos. Os ou-

tros países há muito tempo já se resignaram com uma posição subalterna.

JU — O senhor acha que, se esses entendimentos emperrarem, o Brasil corre o risco de ficar isolado nas negociações hemisféricas?

Ricúpero — Espero que não chegue a isso. Em geral, nas negociações há sempre uma fase em que as declarações são um pouco exageradas. Mas no fundo terá de chegar o momento em que terá que se discutir os secos e molhados. Quais são as ofertas que vamos fazer aos americanos e quais as que eles farão a nós. Ai, provavelmente, haverá uma tendência para se chegar a um nível mais realista, diminuindo-se as ambições de ambas as partes. Agora, se se chegar ao pior, com o Brasil se vendo diante de uma situação em que não obtenha nenhum acesso melhorado ao mercado americano e, do lado deles, ocorrer a exigência de uma contrapartida desequilibrada, acho que aí é melhor o Brasil ficar sozinho do que ter um mal acordo.

JU — Mas se ficar de fora, o Brasil não correria o risco de perder mercados já conquistados?

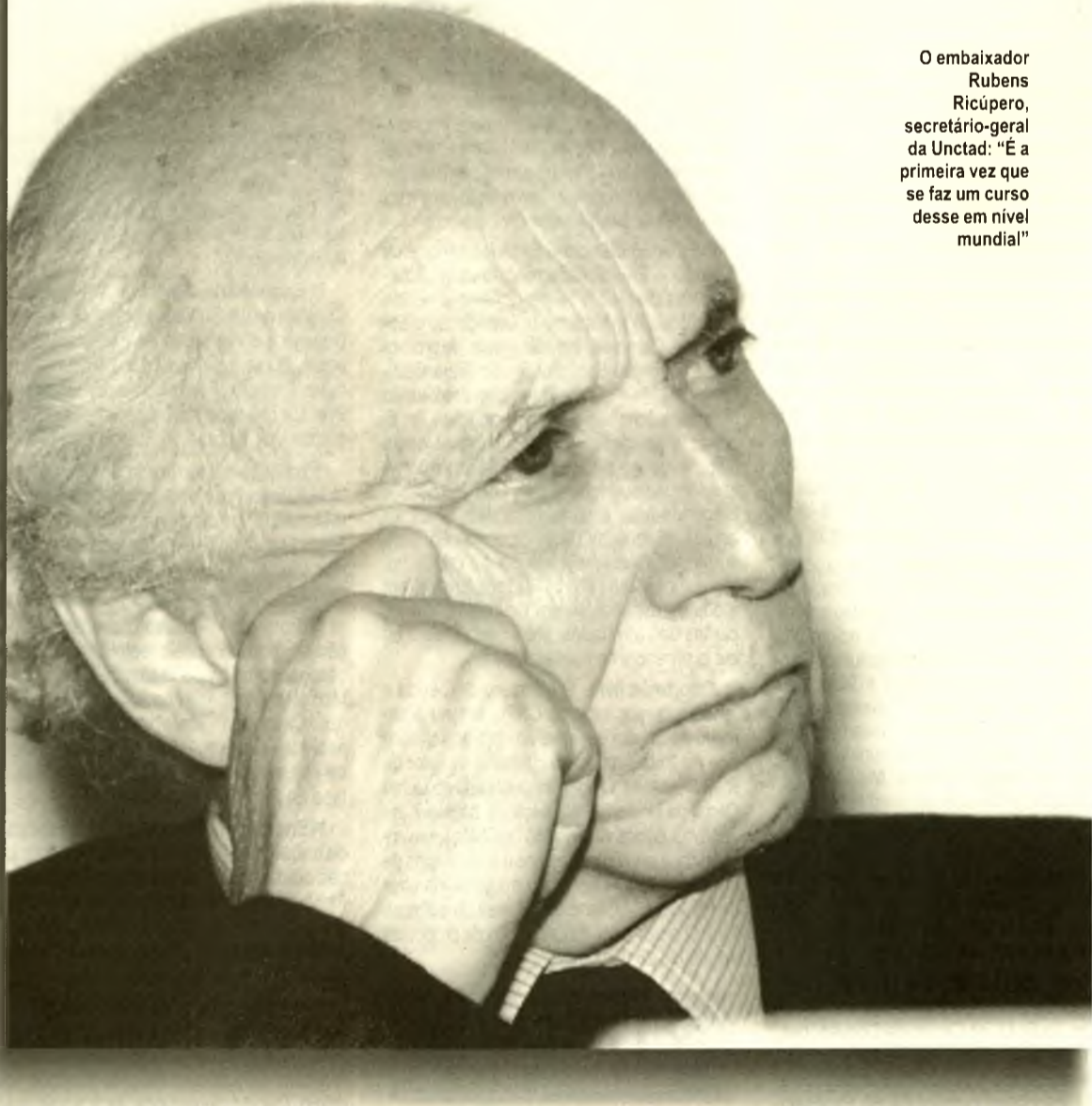
Ricúpero — Não corre o risco de ser discriminado porque a lei comercial que vigora é a da OMC. Nenhum país pode sofrer discriminação. O que pode haver são alguns acordos preferenciais entre países que excluam o Brasil. Mas no âmbito hemisférico, o país tem melhorado muito as exportações para outros mercados, como a China, Índia e Rússia. Acho que não se pode exagerar muito esse perigo.

JU — Se as negociações não chegarem a um consenso, o senhor acredita que os Estados Unidos poderão, por exemplo, adotar uma agenda unilateral?

Ricúpero — Eles estão negociando com todos. Portanto, não vejo como poderiam adotar uma postura unilateral. Unilateral significa sair desse tipo de acordo que inclui muitos países e fazer um acordo com cada país de forma individual. Até certo ponto, eles já estão fazendo isso porque já têm um acordo de muitos anos com o México, com o Chile, e estão negociando com países da América Central. Essa é uma tendência. O Brasil também celebrou um acordo com o México, com Mercosul e está negociando com a União Européia e com a África do Sul. Essa tendência não quer dizer que se adotou uma postura unilateral. Em comércio exterior, unilateral é quando um país resolve levantar barreiras sem levar em conta as regras da OMC. Mas isso é muito difícil, porque se os EUA fizerem isso, ficariam de fora do sistema comercial.

JU — Em sua opinião, até que ponto a falta de consenso interno no Brasil entre os setores produtivos pode prejudicar as negociações em torno da ALCA?

Ricúpero — Isso debilita a posição brasileira. Mas, até certo ponto, é natural que haja alguns setores que tenham mais interesses na Alca do que outros. É claro que os setores que têm expectativa de exportar mais para os Estados Unidos e que acham que um acordo como esse abriria o mercado, têm um interesse muito maior do que aqueles que não são competitivos e temem o efeito que as importações americanas vão gerar no mercado brasileiro. Mas até agora isso é muito teórico porque ainda nem se chegou a uma lista de produtos com indicação de reduções. Ainda se está numa fase em que não há uma idéia clara sobre os produtos que seriam incluídos ou excluídos. Portanto, acho difícil fazer uma avaliação. O setor de roupas tem uma esperança de melhorar sua posição, já o setor de máquinas e equipamentos considera que teria vantagens. Isso se fala em termos gerais, mas em termos concretos ainda não temos uma definição que permita uma conclusão mais correta.



Vida Acadêmica



DIÁRIO DO GRANDE ABC

20 de outubro - A cerimônia de unificação dos programas sociais nesta segunda-feira, no Planalto, selou o afastamento definitivo da ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, tanto na condução quanto da participação dos projetos sociais do governo. Entra em cena, forte e com muito prestígio, a socióloga e ex-pesquisadora da Unicamp Ana Fonseca, que assume a secretária-executiva do programa social unificado, como o nome Bolsa-Família.

EPTV

19 de outubro - A 1ª Feira do Livro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acontece quarta e quinta-feira (22 e 23), no Ginásio Multidisciplinar. Além da diversidade de assuntos e títulos, a feira é uma boa oportunidade para atualizar a biblioteca a preços baixo - uma das condições para as editoras participarem era oferecer descontos de no mínimo 50% nos preços.

O LOBO

19 de outubro - Uma técnica desenvolvida por pesquisadores da Faculdade de Medicina da Unicamp está melhorando a qualidade de vida de homens com incontinência urinária devido à cirurgia de próstata. O método sling consiste numa incisão na região do perineo (atrás do escroto), com a qual o médico isola a uretra fixando uma faixa de silicone.

FAPESP

10 de outubro - As crianças surdas que frequentam escolas regulares teriam mais dificuldades para aprender, em função da falta de preparo especializado dos professores. Este foi o pano de fundo da pesquisa "O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor", das pesquisadoras da Unicamp, Angélica Bronzatto de Paiva e Silva e Maria Cristina da Cunha Pereira. O objetivo foi conhecer a imagem que os professores têm da surdez e do aluno surdo, bem como a influência dessa imagem na sua prática pedagógica.

O ESTADO DE S. PAULO

14 de outubro - Três municípios brasileiros, entre dez, ganharam destaque em um relatório do Programa de Gestão Urbana/Habitat, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre políticas públicas de combate à pobreza na América Latina e no Caribe. Além disso, programas criados nos últimos dois anos estão voltados para as parcelas mais carentes da população, como o Saúde da Família e os centros de educação integrada, atendendo ao critério dos bairros mais pobres", diz o professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, da Unicamp, que coordenou o levantamento de dados na capital.

12 de outubro - Martin Heidegger nasceu em 26 de setembro de 1889 em Messkirch, sul da Alemanha. Estudou filosofia na Universidade de Freiburg com Edmond Husserl, o criador do método fenomenológico. Este pensador, considerado um dos mais importantes do século 20, é o objeto de estudo do Grupo de Pesquisa em Filosofia e Práticas Psicoterápicas que organiza o 8.º Colóquio Heidegger - Os Caminhos da Linguagem, previsto para quinta-feira e sexta-feira, no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e de sexta-feira a sábado, no auditório Caio Prado da PUC de São Paulo.

TRIBUNA DA IMPRENSA

11 de outubro - Um plástico biodegradável, que pode ser utilizado como ração para animais, foi desenvolvido no Centro de Pesquisa em Tecnologia de Extrusão da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. A composição do novo material, batizado de amidoplast, tem amido de milho, gelatina e 50% de água.

BOL

12 de outubro - Foi na última hora, literalmente. Às 17h de sexta-feira, apenas 60 minutos antes do prazo final para a inscrição de sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo pelo PT, é que o economista Plínio de Arruda Sampaio Jr. teve certeza: tinha 79 assinaturas a mais do que as 1.300 mínimas necessárias para disputar a prévia do partido contra a prefeita Marta Suplicy. "Estou preocupado com a qualidade do debate dentro do PT", diz o candidato a candidato, professor de Economia da Unicamp e uma das vozes petistas mais críticas ao governo Lula.



Empreendedorismo - O "Fórum Permanente de Empreendedorismo - O Profissional Empreendedor" será realizado no próximo dia 28 de outubro, às 9 horas, no auditório do Centro de Convenções. O objetivo do encontro é discutir o atual panorama do empreendedorismo no Brasil, identificar o perfil do empreendedor, mostrar casos de sucesso e gerar uma visão de que não é preciso ter uma empresa para empreender. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site <http://www.cori.rei.unicamp.br/foruns2003/foruns-empreen.htm>. Mais informações: telefone (19) 3788-3843 ou e-mail queiroz@jr3e.fee.unicamp.br.

Seminário FE - O professor Bernard Lahire, da École Normale Supérieure et Sciences Humaines (França) ministrará, nos próximos dias 28 e 29 de outubro, das 14 às 17 horas, no salão nobre da Faculdade de Educação (FE), dois seminários. No dia 28, Lahire abordará o tema "Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais" e, no dia 29, "Teoria e Metodologia da Pesquisa em Sociologia da Educação". Mais informações: telefone (19) 3788-5602 ou e-mail eventofe@unicamp.br.

Políticas Públicas - O curso de capacitação "Indicadores Sociais e Políticas Públicas" será realizado de 28 a 30 de outubro, das 9 às 18 horas, no auditório do CDD/IBGE (Rua General Canabarro, 706, Maracanã, Rio de Janeiro). É direcionado a multiplicadores (as), lideranças sociais, comunitárias, ONGs e interessados. Inscrições e mais informações: e-mail anax@ibase.br.

Lançamentos - O Arquivo "Edgard Leuenroth" (AEL), em conjunto com os estudantes do curso de pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) realizarão, no próximo dia 29 de outubro, às 13 horas, no auditório IH-3 do IFCH, o lançamento de duas publicações: Cadernos AEL - revista do Arquivo Edgard Leuenroth - que traz como tema "Literatura e imprensa no século XIX e a Revista 'História Social', idealizada pelos estudantes de pós-graduação em História do IFCH. O evento contará com a presença de Marcelo Ridenti, diretor do AEL; Jefferson Cano, um dos fundadores da Revista História Social, e Sidney Chaloub, diretor do Centro de Pesquisas em História Social da Cultura (Cecult). Cadernos AEL custam R\$ 10 e a Revista de História Social, R\$ 6. O evento tem o apoio da secretaria de eventos do IFCH. Mais informações: telefone 3788-1601 ou e-mails cadael@unicamp.br e pub_ifch@unicamp.br.

Espectrômetro de Massas - No próximo dia 30 de outubro, às 9 horas, o Instituto de Química (IQ) comemorará os dez anos de funcionamento do Espectrômetro de Massas Pentaquadrupolar do Laboratório Thomson de Espectrometria de Massas. O evento ocorrerá no auditório do IQ. Veja a programação completa no site <http://thomson.iqm.unicamp.br/penta/programacao.htm>.

TV Digital - O Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied) realizará, no próximo dia 31 de outubro, das 14h30 às 16h30, palestra com Ricardo Benetton Martins - gerente de inovação e tecnologia de serviços do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPQD) - que falará sobre "TV Digital - Oportunidades Educacionais". No encontro serão abordadas questões educacionais relacionadas a TV Digital, a proposição de um Sistema de TV Digital Brasileiro e oportunidades de Pesquisa & Desenvolvimento. O evento ocorrerá no auditório da Diretoria Geral da Administração (DGA). Mais informações: e-mail cmartins@unicamp.br.

Ciência de Alimentos - De 3 a 6 de novembro a Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) promoverá o 5º Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos (5º SLACA). A abertura do encontro será realizada no dia 3, às 20h30, no salão de festas do Clube Fonte São Paulo (Rua José Paulino, 2138, Centro, Campinas-SP). O evento propiciará a exposição das mais novas tendências do mercado, mesas-redondas e palestras de especialistas de renome das mais diversas áreas da pesquisa e produção de alimentos. Para se inscrever, acesse o site: http://www.slaca.com.br/inscricao/inscricao_online.asp. Relações Internacionais - Os Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unicamp, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), estarão com inscrições abertas, no período de 3 a 14 de novembro, para a seleção de candidatos ao Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais. Mais informações: e-mail ceipoc.unicamp.br ou site <http://www.unicamp.br/ceipoc/>.

Marx e Engels - O Centro de Estudos

Marxistas (Cemarx) realizará de 4 a 7 de novembro o III Colóquio Marx e Engels. O tema geral do evento é o socialismo no século XXI. O encontro comportará mesas-redondas e sessões de comunicações coordenadas. As mesas-redondas serão integradas por palestrantes convidados e as sessões de comunicações, de inscrição livre, são abertas à participação de professores, estudantes de pós-graduação e de pesquisadores do marxismo de todo o Brasil. Os trabalhos propostos para as sessões de comunicações tratarão os seguintes temas: 1. A economia capitalista hoje: transformações e crises; 2. O (novo?) imperialismo e a luta pelo socialismo; 3. As (novas?) forças produtivas do capitalismo e o movimento socialista; 4. O movimento socialista do século XXI; 5. O marxismo e o programa socialista do século XXI; 6. Materialismo e socialismo. Veja a programação em <http://www.unicamp.br/cemarx/programacolquio2003.html>. Mais informações: telefone (19) 3788-1639, <http://www.unicamp.br/cemarx/> ou e-mail cemarx@unicamp.br.

Segurança em Informática - A quinta edição do Simpósio de Segurança em Informática (SSI/2003) ocorrerá de 4 a 6 de novembro, no campus do CTA/ITA, em São José dos Campos (SP). O evento desponha como uma oportunidade de integração e convergência de interesses, entre universidades e empresas. O simpósio é fruto da cooperação e das atividades de pesquisa das instituições do País que pesquisam segurança em informática (Inpe, PUC-PR, UFMG, UFPE, UFRGS, UFSC, UnB, Unesp, Unicamp, USP, USP/São Carlos, e ITA). Mais informações: sites <http://www.ssi.org.br> e <http://www.fcmm.org.br>.

Salubridade - A Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) e a Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas (Facta) estão organizando um workshop sobre "Bem-Estar Salubridade do Trabalhador na Atividade Avícola". O evento ocorrerá no dia 6 de novembro no Auditório do Arcadas (Rua José Paulino 1369, Campinas-SP). O objetivo do encontro é reunir veterinários, agrônomos, zootecnistas, engenheiros agrícolas, advogados, engenheiros e médicos do trabalho, produtores, professores, pesquisadores da área e demais profissionais interessados no tema, para trazer informações atualizadas sobre a Segurança e o Bem Estar do Trabalhador. Mais informações: (19) 3243-6555, e-mail: facta@facta.org.br ou site <http://www.facta.org.br>.

Maratona de Programação - O Instituto de Computação (IC) realizará nos dias 7 e 8 de novembro, a Maratona de Programação. O evento contará com quatro sedes no Brasil e será realizado simultaneamente em outros locais da América do Sul. O encontro terá a presença de 75 times representando diversas universidades do sudeste do Brasil e outros Estados. A página referente ao Brasil está localizada no endereço <http://maratona.ime.usp.br> e a página da sede de Campinas, na Unicamp, pode ser consultada no site <http://www.ic.unicamp.br/maratona>. Mais informações: rodolfo@ic.unicamp.br.

Ensino de Ciências - "Ciência e Educação: Exclusão Zero" é o tema da 8ª Mostra de Material de Divulgação e Ensino das Ciências que ocorrerá nos dias 12 e 14 de novembro, na Estação Ciência. O encontro é uma oportunidade para instituições de ensino e pesquisa, fundações, órgãos governamentais e não governamentais, editoras, empresas fabricantes e distribuidoras atuantes na área de educação e ciência mostrarem suas produções. O objetivo é que instituições, estudantes e profissionais possam interagir, trocar experiências, promover e comercializar as ações, materiais e trabalhos desenvolvidos por cada um. A Estação Ciência fica localizada na Rua Guaiçurus, 1394 - Lapa (SP). Mais informações: e-mail eventos@ciencia.usp.br.

Comunicações Ópticas - Com o objetivo de divulgar o conhecimento em comunicações ópticas e promover a integração universidade-empresa, de 13 a 16 de novembro, será realizado, no auditório da Biblioteca Central (BC), o Workshop Ciência e Tecnologia em Comunicações Ópticas. O evento organizado pelo Student Chapter at Unicamp (OSA) é aberto aos membros da comunidade acadêmica e empresas da área. Mais informações: site <http://www.ifi.unicamp.br/osa/telecom/> ou e-mail osa@ifi.unicamp.br.

Cotil - O exame do vestibular do Colégio Técnico de Limeira (Cotil) está marcado para o dia 16 de novembro, às 13h30. As inscrições encerraram-se no último dia 22 de outubro. Mais informações: <http://www.cotil.unicamp.br>.

Engenharia Elétrica e Telecomunicações - Nos próximos dias 20 e 21 de novembro, às 8h15, no Centro de Convenções, será realizado o Encontro Nacional de Engenharia Elétrica e Telecomunicações (Eneet). As inscrições custam R\$ 80 (profissionais) e R\$ 60 (estudantes) e podem ser feitas,

até o dia 5 de novembro, no endereço <http://www.eneet.com.br/inscricao1.html>. Participam diversas empresas do setor. Mais informações: e-mail contato@eneet.com.br.



Mobilidade funcional - Processo seletivo para uma vaga de Assistente de Serviços I (Auxiliar Agropecuário) para atuar no Campo Experimental da Faculdade de Engenharia Agrícola. Inscrições de 27 de outubro a 10 de novembro, das 9 às 12 e das 14 às 16h30, na Seção Administrativa Feagri. Mais informações: <http://rhuec.dgrh.unicamp.br/opportunidades/>.

Bolsas ensino médio - A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio do CNPq, estão lançando edital para seleção pública de projetos de bolsa do Programa de Iniciação Científica Júnior. O objetivo é permitir que estudantes do ensino médio da rede pública de ensino do Estado de São Paulo tenham contato e colaborem com projetos científicos. Para o presente edital serão aplicados R\$ 480 mil pelo CNPq, sendo R\$ 200 mil no presente exercício. O edital consta no endereço: [www.fapesp.br/materia.php?data\[id_materia\]=1349](http://www.fapesp.br/materia.php?data[id_materia]=1349).

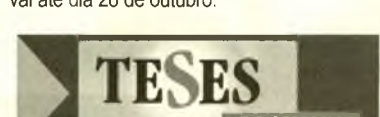
Almeida Prado - Concurso Almeida Prado de Composição em homenagem aos 60 anos do compositor. Organizado pela Fundação Eleazar de Carvalho, responsável pela organização artística da "Semana Eleazar de Carvalho" instituída pelo governo do Estado de São Paulo através da Secretaria da Cultura, o concurso conta com o apoio do CDMC-Brasil/Unicamp. A obra deverá ser composta para quarteto de cordas (2 violinos, viola e violoncelo), durar entre 7 e 10 minutos, e os compositores deverão ter até 35 anos de idade (nascidos até 31/12/1968). A data final de inscrição é 31 de outubro. Informações: telefone/fax (19) 3788-6533, e-mail: cdmccris@unicamp.br, cdmusica@unicamp.br (a/c Cristiano Melli).

Economia do trabalho - O Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia oferece o curso de especialização Economia do trabalho e sindicalismo-2004. Inscrições até 22 de novembro e o início do curso está previsto para 1º de março de 2004. O objetivo é a formação de profissionais para ocupar posições de assessoramento ou direção de órgãos públicos e privados no campo da economia e relações de trabalho. Informações: 3788.5713/3788.5735/3788.5736, e-mail: posgrad@eco.unicamp.br.

Prêmios - Concurso de Criação da Logomarca das Atividades Científicas Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Inscrições abertas até 31 de outubro para qualquer pessoa física de 18 anos de idade, de qualquer nacionalidade ou grau de instrução, residente e domiciliada no Brasil. Informações adicionais: CNPq/ Serviço de Prêmios/ Telefone: (61) 348-9410, e-mail premios@cnpq.br ou no endereço: www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/proantar.

Estação ciência - Evento com o tema "Ciência e Educação: exclusão zero" acontece nos dias 12 a 14 de novembro dentro da 8ª Mostra de Material de Divulgação e Ensino das Ciências, em São Paulo. A promoção é do órgão Estação ciência (Rua Guaiçurus, 1394 - Lapa). Para o evento estão abertas inscrições para participação. As fichas de inscrições e o regulamento estão disponíveis no site da Estação Ciência: www.eciencia.usp.br. Telefone: (11) 3675-8828 (segunda-feira a sexta-feira das 10 às 17 horas). Segue as datas de inscrição: concurso de professores, até dia 17 (sexta-feira); expositores, até 31 de outubro ou até todos os espaços serem ocupados; participantes das atividades: até 31 de outubro ou até o preenchimento das vagas.

Software livre - O Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq, lançou o primeiro edital para desenvolvimento do software livre no âmbito do governo federal, no valor de R\$ 2,3 milhões. O edital foi publicado no Diário Oficial da União n.º 188 seção 3, página 7, de 29/06/03, ou nos sites do MCT e CNPq (www.mct.gov.br) e www.cnpq.br). Até o final do mês de outubro, a FINEP lançará outro edital, no valor de R\$ 4 milhões, também na área de software livre. O prazo para apresentação de propostas vai até dia 28 de outubro.



Biologia - "Isolamento, caracterização

físico-química e estudo da atividade inseticida e fungicida da lectina de sementes de pouteria torta (mart.) radlk" (mestrado). Candidata: Ana Paula de Araújo Boleti. Orientadora: professora Maria Ligia Rodrigues Macedo. Dia 27 de outubro, às 14 horas, na sala de defesa de teses da pós-graduação do IB.

"Modulação in vitro da função de barreira epitelial e integridade da junção de oclusão, em linhagem celular MDCK" (mestrado). Candidata: Elisa Bouçada Mauro Inácio Peixoto. Orientadora: professora Carla Beatriz Collares Buzato. Dia 28 de outubro, às 14 horas, na sala de defesa de teses da pós-graduação do IB.

"Florística das fisionomias vegetacionais e estrutura da floresta alto-montana de Monte Verde, Serra da Mantiqueira, MG." (mestrado). Candidato: Leonardo Dias Meireles. Orientadora: professora Luiza Sumiko Kinoshita. Dia 30 de outubro, às 14 horas, na sala de defesa de teses da pós-graduação do IB.

"Análise quantitativa, duração do ciclo do epitélio seminífero e produção espermiática do testículo do gerbilo da Mongólia (Meriones unguiculatus)" (doutorado). Candidata: Tânia Mara Segatelli. Orientador: professor Francisco Eduardo Martinez. Dia 31 de outubro, às 14 horas, na sala de defesa de teses da pós-graduação do IB.

Educação Física - "O perfil físico e técnico de atletas de basquetebol: contribuição para identificação e promoção do talento esportivo múltiplo no basquetebol feminino" (doutorado). Candidato: Wagner Roberto Bergamo. Orientador: professor Roberto Rodrigues Paes. Dia 27 de outubro, às 9 horas, na sala da congregação da FEF.

Engenharia Mecânica - "Propriedades de tração e de fadiga isotérmica de uma junção de cobre com as ligas Sn63-Pb37, Sn62-Pb36-Ag2 e Sn42-Bi58" (doutorado). Candidata: Eliane Maria Grigoletto. Orientador: professor Itamar Ferreira. Dia 31 de outubro, às 9 horas, no auditório do bloco ID2 da FEM.

Instituto de Computação - "Gerenciamento de dados climatológicos heterogêneos para aplicações em agricultura" (mestrado). Candidato: João Guilherme de Souza Lima. Orientadora: professora Claudia Maria Bauser Medeiros. Dia 27 de outubro, às 10 horas, na sala de defesa de teses da pós-graduação do IC.

Instituto de Química - "Estudo fitoquímico de deguelia longercemosa (Benth.) A. M. G. Azevedo & #8211; isolamento, determinação estrutural, reações de transformação da escandênina e testes biológicos (leguminosae)." (doutorado). Candidata: Lourdes Cardoso de Souza Neta. Orientadora: professora Eva Gonçalves Magalhães. Dia 27 de outubro, às 14 horas, no mini-auditório do IQ.

"Óxido misto sio2/sb2o3: estudo da técnica de preparação, características, propriedades e aplicações do material obtido" (doutorado). Candidato: Emerson Schwingel Ribeiro. Orientador: professor Yoshitaka Gushikem. Dia 30 de outubro, às 14 horas, no mini-auditório do IQ.

Engenharia Agrícola - "Sistema de Controle de um Equipamento de Formulação, Dosagem e Aplicação de Fertilizantes Sólidos a Taxas Variáveis" (Doutorado). Candidato: Cláudio Kiyoshi Umezu. Orientador: Prof. Dr. Nelson Luis Cappelli. Dia: 28 de outubro, às 9 horas, Anfiteatro da FEAGRI

"Processamento de Imagens AVHRR/NOAA Visando o Monitoramento de Estiagem" (Mestrado). Candidato: Wander José Pallone Filho. Orientador: Prof. Dr. Jurandir Zullo Junior. Dia: 30 de outubro, às 14 horas, Laboratório de Solos da FEAGRI.

Biologia - "Análise quantitativa, duração do ciclo do epitélio seminífero e produção espermiática do testículo do gerbilo da Mongólia (Meriones unguiculatus)" (Doutorado). Candidata: Tânia Mara Segatelli. Orientador: Francisco Eduardo Martinez. Dia: 31 de outubro, às 14 horas, sala de Defesa de tese da Pós-Graduação do IB.

Engenharia Mecânica - "Propriedades de tração e de fadiga isotérmica de uma junção de cobre com as ligas Sn63-Pb37, Sn62-Pb36-Ag2 e Sn42-Bi58" (Doutorado). Candidata: Eliane Maria Grigoletto. Orientador: Itamar Ferreira. Dia: 31 de outubro, às 9 horas, auditório do bloco ID2-FEM.

"Ferros fundidos cinzentos: ensaios de tração e de compressão entre cunhas" (Mestrado). Candidato: Oscar Eduardo Quiodrán Alarcón. Orientador: Ricardo Enrique Medrano. Dia: 31 de outubro, às 9 horas, auditório do bloco K..

Pesquisadores do CPQBA estudam propriedades de espécies medicinais e aromáticas com base no uso popular

Nas plantas, a busca por novos antibióticos

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Estudo conduzido por especialistas do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) da Unicamp está investigando as propriedades antimicrobianas de extratos e óleos essenciais extraídos de plantas medicinais e aromáticas. O objetivo da pesquisa, orientada a partir do uso popular dessas espécies, é identificar o princípio ativo das substâncias, para o desenvolvimento de novos antibióticos. Estes seriam utilizados como alternativa no combate a microrganismos que causam prejuízos à saúde humana e que se mostram resistentes aos medica-

Trabalhado deve ser finalizado em um ano

mentos presentes no mercado. A expectativa dos pesquisadores é que o trabalho esteja encerrado dentro de um ano.

As propriedades antimicrobianas de substâncias extraídas de plantas têm sido reconhecidas empiricamente ao longo de séculos, e vêm sendo comprovadas pela ciência recentemente. De acordo com pesquisas realizadas em vários países, entre eles o Brasil, detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, extratos e óleos essenciais de algumas espécies mostraram-se eficientes no controle do crescimento de microrganismos. A investigação que está sendo realizada pela equipe do CPQBA percorre o mesmo caminho, mas pretende ir um pouco além. Mais do que comprovar a atividade antimicrobiana e identificar o princípio ativo dessas substâncias, os pesquisadores querem selecionar compostos que possam atuar em alvos diferentes daqueles atacados pelos antibióticos convencionais.

A proposta, embora envolva processos complexos, é relativamente simples. A equipe do CPQBA quer



Foto: Nélido Cantanti

As pesquisadoras Marta Cristina Teixeira Duarte (à esquerda) e Glyn Maria Figueira: selecionando compostos

Plantas selecionadas para o estudo sazonal

Allium tuberosum (nirá)
A. schoenoprazum (cebolinha)
Cyperus articulatus (piprioca)
Mikania glomerata (guaco)
Aloysia gratissima (alfazema do Brasil)
A. tryphilla (aloisiá)
Baccharis trimera (carqueja)

chegar a substâncias capazes de atingir os pontos fracos de bactérias e fungos patogênicos, que não são afetados pelos antibióticos presentes no mercado. Para isso, os cientistas partiram da análise de 50 espécies que fazem parte da coleção de plantas da própria unidade de pesquisa. Estas foram avaliadas segundo a concentração mínima inibitória contra dez bactérias e mais a levedura *Candida albicans*. Destas, sete apresentaram bons resultados e passaram a ser estudadas também sob o ponto de vista da sazonalidade (veja quadro). “Queremos saber qual a melhor época do ano para coletar essas plantas, tendo em vista o rendimento e possíveis ganhos para o seu princípio ativo”, explica a bióloga Marta Cristina Teixeira Duarte, coordenadora do projeto, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

De acordo com ela, o trabalho, que tem um forte caráter interdisciplinar, está no estágio intermediário. Enquanto a engenheira agrônoma Glyn Maria Figueira estuda a questão da sazonalidade, o químico Adilson Sartoratto promove a análise química dos compostos extraídos das plantas, para verificar quais deles são majoritários. Esta atividade conta, ainda, com a colaboração da também química Vera Lucia Garcia Rehder. A etapa seguinte envolverá o fracionamento dos extratos e óleos essenciais. O objetivo é identificar que fração é responsável pela ação antimicrobiana. Para testar esta atividade, os especialistas inoculam o microrganismo num meio de cultura, que é colocado sobre uma placa de cromatografia em camada delgada, onde foram aplicados os compostos extraídos das plantas (método de bioautografia).

Em seguida, é promovida uma série de análises para medir a concentração mínima inibitória das subs-

tâncias naturais que se mostraram ativas. O resultado é comparado com o obtido para um antibiótico padrão. “Assim, temos um parâmetro de quanto um e outro é capaz de inibir o crescimento dos microrganismos”, esclarece Marta. De acordo com ela, os microrganismos tomados para estudo pela equipe do CPQBA são responsáveis por vários problemas de saúde, como diarreia e enfermidades cutâneas, para ficar apenas em dois exemplos. “Nossa expectativa é chegar a uma ou mais substâncias que apresentem efeitos tão bons contra essas doenças quanto os antibióticos comerciais”, diz Glyn.

Ela acrescenta, ainda, que as pesquisas em torno das propriedades antimicrobianas das plantas medicinais e aromáticas não deverão parar por aí. Conforme a engenheira agrônoma, existem espécies que compõem a coleção do próprio CPQBA que ainda não foram estudadas sob essa perspectiva. Além disso, como já foi dito, o Brasil tem uma biodiversidade riquíssima. “Nesse campo da ciência, nós ainda temos muito mais perguntas do que respostas”, destaca. A investigação conduzida pela equipe de especialistas da Unicamp se reveste de grande importância, em vários aspectos.

Primeiro, porque busca uma alternativa, que pode se mostrar mais barata, de combate a microrganismos patogênicos resistentes aos medicamentos convencionais. Segundo, porque coloca o Brasil entre os países que procuram desenvolver novas tecnologias na área de fármacos, setor que movimenta bilhões de dólares anualmente. Se o país não se mantiver nesse grupo, ficará eternamente dependente. Terceiro, e não menos importante, porque forma pessoal altamente qualificado. O estudo do CPQBA, por exemplo, já gerou outros trabalhos paralelos, cujos responsáveis são estudantes de graduação e pós-graduação.

Pesquisador desenvolve mistura com borracha natural

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

Até a década de 1950 o Brasil foi o maior produtor e exportador de borracha natural do mundo, mesmo porque a seringueira é originária da Amazônia. Problemas econômicos e fitossanitários na região, porém, impediram o desenvolvimento sustentável da atividade que era totalmente extrativista, e mudas da seringueira cruzaram o planeta para formar densas florestas na Ásia. Hoje, Tailândia, Malásia e Indonésia, que fizeram melhor uso desta fonte renovável, respondem por

Avançam as pesquisas com polímeros no mundo

cerca de 75% das 5 milhões de toneladas de borracha natural produzidas anualmente.

Um pouco abaixo no mapa mundi, a Austrália aproveitou a proximidade da fonte para desenvolver pesquisas de ponta com a borracha natural e outros polímeros, atrás de novas propriedades e aplicações. Os estudos envolvem dezenas de pesquisadores no Key Centre for Polymer Colloids, da Universidade de Sydney. A frente do centro está o professor Robert G. Gilbert, um cientista ousado que divide a evolução da técnica de polimerização em emulsão em três fases: a descoberta dos polímeros em emulsão, a exploração das propriedades desses polímeros, e a terceira compreendendo o nivelamento de conhecimentos e reformulações para a criação de novos materiais.

O brasileiro Pedro Carlos de Oliveira foi convidado a elaborar novos experimentos com a borracha natural nos laboratórios do Key Centre, ganhando bolsa, passagens e estadia. Em troca, os australianos detiveram a propriedade in-



Foto: Nélido Cantanti

O pesquisador Pedro Carlos de Oliveira: tese de doutorado gerou outras duas na França

telectual dos resultados. “Já tinha feito mestrado na Unicamp e vinha preparando o doutorado quando recebi o convite para ir à Austrália”, relembra Oliveira. Para sua tese, ele recebeu a orientação do próprio Robert Gilbert e, no Brasil, da professora Cecília Amélia de Carvalho Zavaglia, da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da Unicamp, e do professor Amilton Martins dos Santos, da Faculdade de Engenharia Química de Lorena. Pedro de Oliveira explica que todo polímero é uma macromolécula

e apresenta a característica de possuir uma dupla ligação na cadeia principal, o que lhe empresta a elasticidade: o material estica e, quando retirado o esforço, recupera as dimensões originais. “No meu trabalho, a preocupação foi não alterar essa estrutura da borracha natural. Utilizamos um iniciador de reação que, segundo a literatura, preservaria a dupla ligação. Esse iniciador foi o responsável por criar na molécula um radical, ou seja, um ponto ou sítio de reação, desencadeando a modificação do material. Trata-se

de uma enxertia, assim como se faz nas árvores, introduzindo uma molécula química na estrutura matriz da borracha natural”, ilustra o pesquisador.

Primeiramente, Oliveira realizou uma modificação já conhecida, usando um monômero hidrofóbico, o metacrilato de metila, que torna a borracha mais resistente, com boas propriedades em termos de tensão e deformação. Depois, introduziu outro polímero, a partir de um monômero hidrofílico, o metacrilato de dimetilaminoetila, visando dar à borracha novas características físico-químicas, como a de se tornar compatível com outros polímeros. “Viabilizamos a possibilidade de formulação de novos materiais a partir da borracha modificada”, esclarece.

Aplicações – Modificada a borracha, suas propriedades precisam agora ser confirmadas. “Minha tese de doutorado gerou duas outras, que estão sendo desenvolvidas por estudantes brasileiros, mas na França. Eles vêm testando a compatibilidade com outros materiais e avaliando que propriedades advirão desta mistura. Esses resultados serão então avaliados com o objetivo de formular blends e indicar em que artefatos poderão ser utilizados”, adianta o engenheiro químico. O Key Centre já solicitou a patente provisória desta borracha natural modificada.

Pedro de Oliveira vê grande possibilidade de aplicações principalmente na indústria de pneumáticos. “Creio que a utilização dessa borracha modificada possa melhorar as propriedades dos componentes, a partir da mistura de materiais, emprestando mais resistência ao produto final”, prevê. Ele soube, também, da utilização do látex que tornou a borracha hidrofílica em pesquisa sobre arga-

massas para a construção civil. “Com pequena quantidade do látex de borracha modificada, conseguiu-se homogeneizar a mistura de cimento, areia e resíduos de pneus reciclados, sem fugir às normas impostas para a confecção de painéis de alvenaria”, informa.

Segredos – Pedro de Oliveira chegou a ser questionado sobre o porquê de não ter iniciado seu trabalho a partir da borracha sintética. Sua resposta foi de que o material sintético vem do petróleo, que vai acabar, enquanto o látex de borracha natural vem de fonte renovável. “É lamentável que o Brasil, tendo sido o maior produtor do mundo, hoje responda por apenas 1% da extração mundial, tendo que importar 60% do látex consumido internamente. Instituições com a Embrapa e o IAC estão tentando reverter essa situação, pesquisando clones de seringueiras que, ao contrário das originais, não sofrem com variações de clima, pH do solo e temperaturas, mantendo as propriedades da borracha independentemente da região do país”, afirma.

Segundo Oliveira, a modificação que obteve é parte ínfima das pesquisas com polímeros financiadas pelo Key Centre, que está muito à frente do Brasil e recebe pesquisadores do mundo inteiro para somar conhecimentos. Certa vez, intrigado com o repentino interesse de grandes indústrias em incorporar a sílica ao látex de borracha natural, dois materiais totalmente incompatíveis, o brasileiro fez uma experiência utilizando seu material modificado. “Joguei um pouco de sílica na borracha, deixei meia hora em agitação e obtive uma mistura ótima, altamente homogênea. Esse material está sendo caracterizado e espero obter bons resultados”, finaliza.

O território livre da música

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

Com a dicção de quem educou a voz musicalmente, mas jovem demais para ter testemunhado tudo aquilo, Daniela Ribas Ghezzi conta que tocava violão na noite de Franca quando o namorado lhe apresentou discos do Língua de Trapo, Premê, Rumo, Itamar Assumpção, Arrigo Barnabé e Tarancón. Eles faziam parte da geração de músicos que, entre 1979 e 1985, proclamaram sua independência sobre o palco do teatro e sob o selo da gravadora do Lira Paulistana. O Lira instalou-se na Praça Benedito Calixto, dentro do território da contracultura em São Paulo, que ignorava a fronteira demarcada pela Rua Cardeal Arcoverde entre os bairros de Pinheiros e Vila Madalena.

Daniela ouviu e gostou. Para sua graduação em história pela Unesp de Franca, produziu uma monografia sobre o Lira Paulistana e outra gravadora independente do período, o Canto Livre. Para seu mestrado em sociologia no Instituto em Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, orientado pelo professor Marcelo Ridenti, retornou ao Lira, analisando a evolução da indústria fonográfica brasileira e o papel de empresários, produtores e artistas independentes frente ao poder instituído na produção musical.

A indústria fonográfica passou por prolongada crise, que veio do início dos anos 1970 até a virada para os anos 80, com queda acentuada no consumo de discos e falta de novos talentos. “Antes, movimentos musicais como a bossa nova e o tropicalismo chegaram à mídia fonográfica por meio dos grandes festivais. O público via o artista e esperava ansiosamente para comprar o disco. As gravadoras se apropriaram desta exposição e elaboraram esquemas de distribuição nacional. Era um momento em que se consumia muita música e o Brasil chegou ao quinto lugar no mercado mundial”, lembra Daniela Ghezzi.

No final dos anos 70, segundo a historiadora, a MPB foi caindo em monotonia, deixando de ser tão criativa e jovial. “O tropicalismo já não era tão tropicalista e passamos a ouvir os bolerões da Bethânia. As pessoas perceberam que não havia novos talentos, tantas novidades”, exemplifica. Veio ainda a crise do petróleo, afetando a produção mundial devido ao encarecimento das matrizes de vinil.

A crítica de Daniela Ghezzi está no fato de que, mesmo assim, as grandes gravadoras não ousavam, apostando nos batidos catálogos para sobreviver à crise. “Quanto mais difícil a situação, mais conservadoras as estratégias de produção. O mercado se fechou e ficou cada vez mais difícil gravar numa Warner, Universal, Sony, EMI. É certo que havia uma postura dos músicos independentes contrária ao sistema, mas eles certa-

mente gravariam em transnacionais desde que a proposta não fosse indecente. Luís Tatit, do Premê, chegou a mandar carta às gravadoras, diante de um boato de que procuravam por coisas novas, mas não recebeu a mínima proposta”, acrescenta.

Espaço alternativo – O Lira Paulistana surgiu como um espaço para apresentação de peças teatrais e shows de cantores e bandas da cultura alternativa. Estavam todos em seu habitat. A Vila Madalena já era marcada pela militância hippie, que buscava uma sociedade mais justa mas sem inclinações para a política partidária. Em outubro de 1979, quando ouviram a música de Itamar Assumpção no festival da Feira da Vila, Wilson Souto Jr. e Chico Pardal, proprietários do Lira, decidiram gravar um disco do compositor. “Precisaram captar recursos de particulares para produzir ‘Beleléu’, em 1980. A partir daí começaram as atividades de gravação”, conta Daniela Ghezzi.

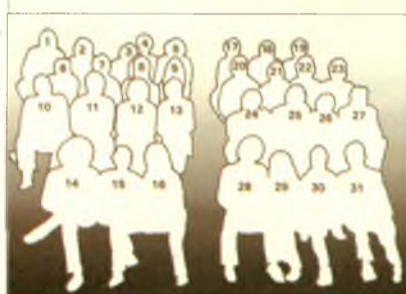
Nos depoimentos à pesquisadora, Souto Jr. e Pardal preocupavam-se em diferenciar o Lira Paulistana das demais gravadoras quanto aos procedimentos de gravação e direção artística. “Eles enaltecem a liberdade dada ao artista e o fato de que o pouco dinheiro obtido era dividido de forma equitativa entre gravadora e músicos. Era algo realmente inovador para a época, quando um bom contrato com a grande gravadora rendia no máximo 10% de capa”, diz a historiadora.

O Lira viveu o auge de produtividade e efervescência entre 1980 e 83, emprestando seu selo a artistas como Cida Moreira, Eduardo Gudim e Eliete Negreiros, além dos grupos Premê e Rumo. “O Premê chegou a vender 20 mil discos independentes e não conseguiu repetir esta vendagem quando foi para a EMI”, afirma Daniela. A dissertação inclui artistas que nunca gravaram pelo Lira, mas que faziam parte da população flutuante, como o grupo Tarancón – que testou o palco do teatro – ou Vânia Bastos, então vocalista de Arrigo Barnabé e que depois se apresentou com Itamar Assumpção. Arrigo Barnabé, que sequer fez shows na casa, é inserido na pesquisa por estar identificado com esta geração, tendo gravado *Clara Crocodilo*, o mais vendido dentre os independentes e que vende até hoje.

Controvérsias – Um acordo de distribuição assinado com a Continental, em 1982, gerou as primeiras controvérsias sérias entre proprietários do Lira e artistas. “Wilson Souto argumenta que pretendia sanar um problema grave para os independentes, a distribuição. Ele conseguiu preservar os contratos diferenciados para os músicos, como os percentuais sobre os lucros e a posse dos fonogramas. Os músicos começaram a gravar em estúdios melhor equipados e os discos ganharam o selo Lira-Continental”, relembra Daniela.



Itamar Assumpção: independência no selo do Lira Paulistana



1. Gordo (Lira); 2. Luís Tatit (Rumo); 3. Biafra (Premê); 4. Wandí (Premê); 5. Marcelo (Premê); 6. Pedro Mourão (Rumo); 7. Zélio (Rumo); 8. Akira (Rumo); 9. Ná Ozeeti (Rumo); 10. Zécarlos (Rumo); 11. Tuco (Língua); 12. Paulinho (Isca de Polícia); 13. Ademir (Língua); 14. Luís Lopes (Isca); 15. Virginia (Isca); 16. Vânia (Isca); 17. Paulo Tatit (Rumo); 18. Claus (Premê); 19. Laerte (Língua); 20. Gal Oppido (Rumo); 21. Fernando (Língua); 22. João (Língua); 23. Geraldo Leite (Rumo); 24. Lizoel (Língua); 25. Paulo Barnabé (Isca); 26. Luís Rondó (Isca); 27. Gigante Brasil (Isca); 28. Arrigo Barnabé; 29. Suzana (Isca); 30. César (Isca); 31. Itamar Assumpção



Foto: Reprodução

Mas o casamento inusitado quebra laços de credibilidade e a situação se agravou com o fracasso na distribuição. Habituada a trabalhar com a chamada música brega (sertaneja e romântica), a Continental não conseguia repassar aquele produto diferenciado para as lojas populares. “Além disso, Wilson Souto foi contratado pela Continental, com a função de viajar pelo Brasil atrás de músicas de raiz, porque a empresa tentava contratar músicos importantes sem sucesso. Os artistas viram nisso um abandono da proposta original”, afirma a pesquisadora.

Sobreviventes – O sócio Chico Pardal, que assumiu o Lira Paulistana, recorda que os músicos perderam a motivação para gravar e buscaram outros caminhos, ao mesmo tempo em que cessou a oferta de talentos e o movimento foi minguando. A casa fechou as portas no final de 1985, quando a frequência era majoritariamente de fãs do rock, heavy metal e punk, que patrocinavam mais brigas que retorno financeiro.

Daniela Ghezzi ressalta que, dentre os músicos independentes que

entrevistou, ninguém pretendia bater recordes de venda e ficar milionário. Ela seguiu o rastro de alguns deles e constatou que a maioria permanece independente. “Bem ou mal, todos continuam na ativa. Turcão, do Tarancón, toca até hoje em um restaurante da Rodovia Raposo Tavares. Creio que o grande mecanismo de divulgação de seus trabalhos era o teatro. Quando perderam o palco, perderam seu veículo original, não faziam mais ferver”.

Foto: Neldo Cantanti



A história de Daniela Ribas Ghezzi: mergulho na efervescência musical paulistana

O primeiro disco independente, tomado como referência por Daniela Ghezzi, é de Antonio Adolfo, de 1972. A capa é um saco de supermercado, carimbado com o título “Feito em Casa”. Ocorreram outras tentativas esporádicas de fugir do esquema da grande indústria, mas a pesquisadora chegou à conclusão de que a experiência do Lira Paulistana gerou uma mudança fundamental na estratégia das grandes gravadoras. “Se não foi a causa, certamente contribuiu decisivamente para uma nova tendência no mercado brasileiro, justamente a de valorizar a atitude independente”, assegura.

Daniela Ghezzi explica que uma produção independente só se torna possível com a autonomização de etapas produtivas, como a montagem de um estúdio, cujo custo era inviável nos anos 1950.

Feito em casa

O avanço tecnológico, porém, viabilizou um bom estúdio mesmo que os equipamentos não sejam de ponta. “Os independentes passaram a criar seu próprio nicho e agora procuram as grandes gravadoras não para ser incorporados, mas para negociar a distribuição”, afirma.

Pouco atenta a esta tendência nos anos 1980, agora a indústria percebe que é muito mais prático esperar o artista se auto-produzir – arcando com os riscos como a falta de retorno financeiro – e formar seu mercado vendendo discos na porta de shows, para só então cooptá-lo. “Hoje temos centenas de gravadoras independentes. E elas, obviamente, não seguem a proposta do Lira, ao contrário: ser independente significa o caminho mais curto para chegar à indústria e ao sucesso”, finaliza.